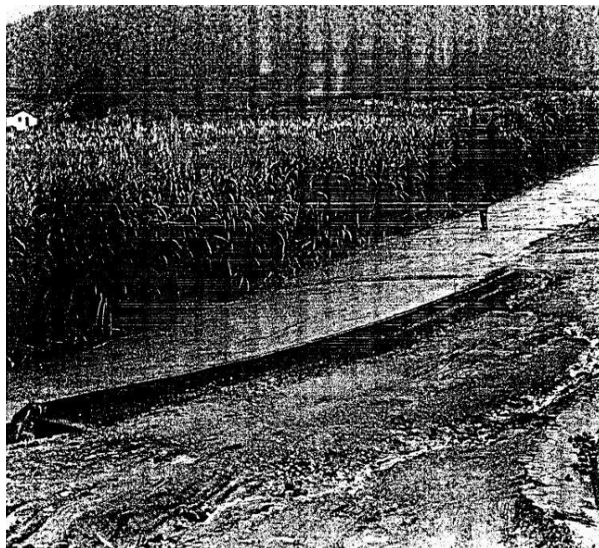


Libertos e Sujeitos. Sobre a transição para trabalhadores livres do Nordeste

AFRÂNIO GARCIA JR.
MUSEU NACIONAL UFRJ
ECOLE DES HAUTES ETUDES EN SCIENCES SOCIALES

As transformações por que passaram as grandes plantações açucareiras do Nordeste, nestes últimos anos, estão ligadas à mudança de residência dos trabalhadores, quando muitos passaram a residir fora das grandes propriedades, e a mudanças correlatas nas relações de trabalho com os grandes proprietários. Estes deslocamentos de trabalhadores não se fazem numa direção única: alguns passam a viver em terras que adquiriram recentemente, outros seguem residindo e cultivando terras abandonadas por grandes proprietários, outros ainda vão morar em cidades desta região, por vezes no mesmo Município, e muitos vão se instalar, temporária ou definitivamente, nas cidades do Centro-Sul. A mesma diversidade, que não coincide integralmente com as mudanças dos



padrões de residência, pode ser observada no tocante às formas de trabalho: muitos vão trabalhar como assalariados agrícolas nas grandes plantações, alguns tornam-se pequenos produtores recorrendo sobretudo ao trabalho da própria família, outros tornam-se negociantes em feiras que cresceram neste mesmo período, outros ainda tornam-se operários industriais, serventes ou comerciantes nas cidades do sudeste. Estas possibilidades não são exclusivas umas das outras e combinações particulares dão origem a posições sociais específicas: certos produtores combinam o trabalho agrícola e o negócio em feiras, acumulando recursos que permitem usar trabalhadores pagos a dinheiro.

Esta descrição objetiva das diferentes formas de residência e de trabalho, e de diferentes trajetórias sociais, não permite contudo explicar a experiência destes deslocamentos, tal como vivida pelos trabalhadores, nem a maneira como falam e descrevem tais mudanças: qualquer que seja a posição ocupada no espaço social, ou trajetória, falando sobre si próprios ou sobre terceiros, ou ainda sobre a totalidade do espaço social, o discurso se organiza em torno da oposição entre *libertos* e *sujeitos*¹. O uso mais freqüente, mas não o único, associa *sujeitos* aos trabalhadores residentes nas grandes plantações e *libertos* aos demais. Porém esta distinção não tem nenhum fundamento jurídico, já que todos os indivíduos são declarados livres e iguais perante a lei. Esta classificação não é portanto nem

1 A pesquisa que está na base deste artigo foi realizada no quadro do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS) do Museu Nacional, da UFRJ; mais precisamente no quadro do projeto “Emprego e Mudança Socioeconômica no Nordeste” (Convênio UFRJ/FINEP/IPEA/IBGE), coordenado por Moacir Palmeira. A pesquisa de campo foi realizada na região canavieira e sua periferia do Estado da Paraíba. A região ecologicamente favorável a esta cultura se estende do litoral até o alto da Serra da Borborema, onde há uma configuração de clima e vegetação semelhante às áreas próximas ao litoral primitivamente ocupadas pela Mata Atlântica. A pesquisa se concentrou particularmente em Areia e Remígio, Municípios situados no Alto da Serra; ambos constituíam uma só unidade administrativa até 1957. ocupam uma área de 696 km² a 600 m de altitude, e 44.261 habitantes ali viviam em 1980. É uma região de forte densidade populacional. As pesquisas de campo foram feitas em julho à setembro de 1976, em fevereiro e março de 1977, e janeiro e fevereiro de 1982, abrangendo épocas da estação seca e da estação úmida, pois a diferença de estações condiciona o ritmo dos trabalhos agrícolas e da vida social. Tinham por objetivo principal o estudo das práticas econômicas dos agricultores que se baseavam no trabalho familiar, suas origens sociais e históricas, suas trajetórias sociais (ver GARCIA JR., 1983). As pesquisas foram realizadas em colaboração com Marie France Garcia, que estudou o desenvolvimento das feiras da região (cf. GARCIA; 1984). Este artigo desenvolve análises feitas em capítulos da tese de doutorado, a partir das discussões travadas durante estada em Paris, junto ao Centro de Sociologia Européia, dirigido por Pierre Bourdieu. Contou para tanto com apoio do CNPq, através de bolsa de pós-doutorado, e da *École des Hautes Études en Sciences Sociales* (EHESS) (período: dezembro de 1983 à março de 1986).

reconhecida, nem sancionada pelo Estado; também não encontra fundamento em classificações de tipo semi jurídico como as classificações estatísticas oficiais².

Como considerar tais classificações de um ponto de vista sociológico? Primeiramente a análise sociológica pode considerar tais classificações, como uma pura ilusão, que devem ser abandonadas. Tal postura significa que se renuncia a poder explicar a existência mesma destas representações no discurso e na mente dos agentes sociais. Uma segunda possibilidade seria tratá-las como um resíduo ou sobrevivência de uma situação passada. Neste caso tem-se ao menos uma explicação para a existência presente do uso de tais expressões: os agentes descrevem como atual a relação de escravidão, que foi abolida há 100 anos. A significação corrente destas palavras e seu registro em dicionários serviriam de ponto de apoio para esta explicação³.

-
- 2 Sujeito não constitui nenhuma categoria estatística que pudesse enquadrar indivíduos possuidores de certas características sociais. Entretanto as classificações dos Censos Agrícolas, e suas mudanças, são mais ricas de significados do que simples relações de trabalho. A designação dos trabalhadores que residem nas propriedades da região é *moradores*. No Censo Agrícola de 1940 os *moradores* foram agrupados sob a denominação de colonos, categoria de uso corrente no Centro-Sul, particularmente São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, para designar os trabalhadores residentes nas grandes plantações de café. Em 1950 esta categoria vai desaparecer dos quadros estatísticos publicados; os procedimentos de contagem utilizam as categorias *moradores* e colonos para assinalar que estão incluídos em novas rubricas. A classificação de 1950 leva em consideração tanto o critério de residência quanto a forma de remuneração do trabalho, em dinheiro ou em produto. De 1960 até 1980 a classificação passa a só fazer referência à forma de remuneração. Nos quatro recenseamentos havidos no período (1960, 1970, 1975, 1980), a referência a *moradores* aparece nas instruções para a inclusão dos indivíduos assim classificados na categoria residual *outra condição*. Porém os critérios de pertencimento às outras categorias mudam em 1970 e 1980, e portanto muda o significado da categoria residual. Assim se a constituição de uma série estatística homogênea é problemática entre 1940-1980, as mudanças constantes das categorias classificatórias mostram que há mais coisa em jogo na passagem de trabalhadores residentes a trabalhadores não-residentes que um deslocamento de local de residência, ou uma passagem de formas de remuneração não-monetária a remunerações monetárias. Para se ter uma imagem objetiva das transformações, vê-se que o pior caminho é a constituição de uma série estatística a partir de dados do Censo, sem previamente poder explicitar todas as razões das mudanças das classificações estatísticas ao longo da série. O estudo comparado dos Censos é mais revelador da perda de legitimidade da categoria *morador*, ao longo do período, do que do número de indivíduos que entrariam nesta rubrica. O trabalho comparativo das classificações utilizadas nos Censos Agrícolas é apresentado em Rinaldi (1983, D. & MERCIER, H.).
 - 3 Segundo o Aurélio, a palavra *liberto* vem do latim *libertus*, significando “escravo que passou à condição de livre” (p. 842). A palavra *sujeito*, do latim *subjectus*, está registrada no mesmo dicionário como brasileirismo: “designação que davam os sertanejos aos escravos”, significado que também aparece quando a palavra é utilizada como adjetivo (p. 1.346) (cf. AURÉLIO BUARQUE DE HOLLANDA FERREIRA, 1976).

Esta explicação considera a “sobrevivência” da classificação como resultante do “atraso” das representações mentais sobre a realidade; ela não se interroga sobre as razões específicas deste “anacronismo” particular, atribuindo a esta classificação uma importância apenas simbólica.

Mas a oposição entre *libertos* e *sujeitos* não é usada por um só agente, um só, indivíduo, que denunciaria assim a sua própria situação ou a de outrem. São categorias usadas por diversos agentes sociais, para se referirem a práticas atuais, que as usam para tratar de questões bem materiais e não somente simbólicas. Por exemplo, numa mesma plantação açucareira, o trabalhador que se define e é definido por seu patrão como *liberto* recebe uma remuneração superior àquela recebida pelo trabalhador que se define e é definido como *sujeito*, mesmo que ambos executem, lado a lado, a mesma tarefa durante o mesmo tempo de trabalho. Há assim referentes materiais nestas classificações que não podem ser explicados pela simples referência a uma situação passada.

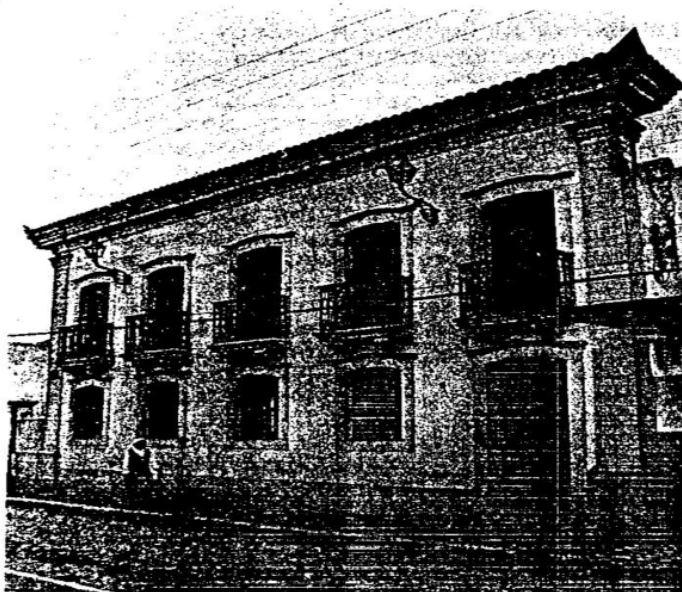
A análise sociológica pode então considerar todo o peso simbólico de classificações que fazem alusão à época histórica onde a escravidão era uma instituição jurídica, e deve interrogar-se sobre os efeitos sociais desta mudança jurídica denominada abolição da escravatura, assim como tomar a multiplicidade de significações de uma classificação como esta como informações para a análise do espaço social e suas transformações. Proponho-me estudar aqui-as referências materiais e simbólicas dos discursos organizados em torno da oposição entre *libertos* e *sujeitos* e as condições sociais e históricas destes usos.

A dependência: o domínio como espaço fechado

Situada no limite das terras ecologicamente favoráveis à cultura da cana-de-açúcar⁴, a cidade de Areia constituía, desde o começo do século XIX, um centro comercial, político, administrativo e religioso. Ali se vendiam, nos dias de feira⁵, produtos destinados à exportação como açúcar e algodão, e também os produtos destinados ao consumo interno como a farinha de mandioca, feijão, milho,

-
- 4 A região coberta pela pesquisa de campo apresenta, na parte denominada *brejo*, condições climáticas e vegetação semelhantes às da Zona da Mata, próxima ao litoral; isto graças à altitude que provoca chuvas abundantes (precipitações pluviométricas de 1.400 mm). Seguindo-se em direção ao Oeste, ainda no território de Areia e Remígio, encontra-se a região do *Agrete*, de clima mais seco, com estações secas e chuvosas bem marcadas, uma vegetação que lhe é característica, e a água é salobra. Para uma descrição geográfica mais precisa e mais completa cf. Correia de Andrade & Potengi (1980) e Lacerda de Melo (1958).
 - 5 A história de Areia foi objeto de uma cuidadosa monografia realizada por um historiador nascido naquele Município. Os dados se referem sobretudo ao século XIX e início do XX (cf. ALMEIDA, 1958).

carne, laticínios ou mesmo gado. O produto dessas vendas permitia a compra dos bens de consumo corrente ou de luxo (das comidas e bebidas aos tecidos e vestimentas, importados da Europa, calçados, mobília), e tudo que era necessário ao equipamento de uma propriedade rural, sobretudo os equipamentos metálicos.



Casa de um senhor de engenho (Século XIX), a mais imponente das casas de Areia.
(Foto: Gustavo Moura)

Centro comercial, a cidade era também um centro político e administrativo, sede das principais instituições locais, como Câmara dos Vereadores, Delegacia de Polícia e cadeia municipal, havendo ainda juiz de direito e cartório. Possuía as únicas escolas primárias das redondezas no século passado, e abrigava um professor de latim e francês para os que prosseguiram os estudos, para tornarem-se seminaristas, bacharéis de direito, médicos ou oficiais do exército. Areia era também um centro religioso, dispondo de duas igrejas católicas, a maior sendo consagrada à Nossa Senhora da Conceição, cuja festa anual, em 08 de dezembro, atraía à cidade o pessoal dos campos em torno e constituía sua maior reunião anual. Para muitos que residiam na parte rural era o único momento do ano em que iam à cidade.

Se a cidade constituía o centro da vida social sob vários aspectos, não era aí que residia todo o tempo a maioria das pessoas. Apenas os grandes comerciantes, proprietários de casas comerciais importantes ou negociando com produtos de

exportação, funcionários administrativos, religiosos, profissionais liberais e alguns artesãos ali residiam o tempo todo. As famílias mais ricas dos grandes proprietários possuíam casas na cidade, mas só as ocupavam alguns dias por ano, quando de um evento particularmente importante ou durante as festividades da padroeira. A maior parte do tempo viviam nos *engenhos* do brejo ou nas *fazendas* do Agreste⁶. Estes domínios, que predominaram na ocupação do espaço físico e concentraram a população, eram o lugar da vida social da maior parte das pessoas.

Senhores e moradores

A família dos grandes proprietários residia no *engenho* e vivia de seus produtos e rendimentos, mas ela não participava diretamente dos trabalhos agrícolas ou das atividades de fabricação do açúcar ou de qualquer derivado da cana. A atividade do *senhor de engenho* era o exercício do comando, tomando decisões, dando ordens e verificando se foram cumpridas. Os trabalhos agrícolas e os trabalhos de fabricação dos derivados da cana-de-açúcar, assim como os de construção e manutenção da infra-estrutura da propriedade (casas e galpões, estradas, açudes), eram feitos por trabalhadores submetidos à dependência pessoal ao *senhor de engenho*.

Até 1888, os *senhores de engenho* possuíam escravos negros de origem africana. A diferença de outras regiões açucareiras do Nordeste, o brejo parece não ter tido mais de 20% da força de trabalho constituída por escravos (ALMEIDA, 1937, p. 208). Os *senhores de engenho* se apoiavam sobretudo sobre o trabalho de todos aqueles que estavam submetidos a eles pelo simples fato de residirem em seus domínios, os *moradores*. Depois da abolição da escravatura⁷ a parte essencial do trabalho nos *engenhos* era efetuada por *moradores*. Nos períodos de pico do ciclo agrícola faziam apelo ao trabalho sazonal de pequenos proprietários das vizinhanças, que não ficavam submetidos à mesma dependência que os *moradores*.

6 Os *engenhos* se localizavam todos na parte úmida do território do Município, no brejo, enquanto as *fazendas* localizavam-se no Agreste, explorando o solo com uma associação particular entre a cultura de algodão e a criação de gado. Mais a Oeste, havia uma região semi-árida, o Curimataú, também ocupado por *fazendas*. As famílias dos *senhores de engenho* do brejo eram freqüentemente proprietários de *fazendas* no Agreste e no Curimataú: os *engenhos* eram movidos por animais até o final do XIX, e durante a estação chuvosa no brejo o gado devia ser transportado para regiões secas para não ser atingido por epizootias (cf. ALMEIDA, 1958).

7 A abolição da escravatura foi decretada em Areia em 03 de maio de 1888, dez dias antes da Lei Áurea. Havia uma sociedade emancipacionista no Município desde 1873, fundada por um professor, agrupando comerciantes, professores, advogados, mas, também, *senhores de engenho*, que editava um jornal e coletava dinheiro para financiar a alforria de escravos (cf. ALMEIDA, 1958, p. 203-214).

Ser *morador* ou tornar-se *morador* significava se ligar ao senhor do domínio de uma maneira muito específica⁸, numa relação que supunha residência e trabalho simultaneamente. A ênfase na residência, que o termo *morar* revela, tem um forte significado simbólico. Quem se apresentava ao *senhor de engenho* não pedia trabalho, pedia uma *morada*. Entre as obrigações que a *morada* acarretava, havia forçosamente o trabalho para o dono do domínio, mas esta não era a questão básica: é o que distinguia o *morador* de um pequeno proprietário das vizinhanças que podia vir pedir apenas se havia trabalho no *engenho*. Ao pedir *morada*, quem o fazia já demonstrava não ter outra escolha melhor, que não tinha para onde ir: não tendo meios de organizar sua existência social, vinha pedir ao *senhor* que os fornecesse., ou mesmo que a organizasse para si. Caíam assim sob a estrita dependência do *senhor*; à diferença dos pequenos proprietários que, mesmo mostrando que não tinham meios suficientes para viverem sem trabalhar para outrem, podiam discutir sobre a remuneração do trabalho e dispunham de habitação própria (mesmo se dormissem no domínio durante o desenrolar dos trabalhos).

Quem dava a *morada* dispunha de um patrimônio fundiário suficientemente grande para lhe permitir recrutar famílias de trabalhadores para viverem em seus domínios. Os *senhores* utilizavam assim seus patrimônios fundiários para constituírem uma clientela de indivíduos submetidos a laços de dependência, rede que assegurava um poder social tanto maior quanto mais elevado fosse o número de indivíduos que a compunha. Em outros termos, procuravam acumular, graças ao patrimônio fundiário, uma força social específica, tanto material, pelo número de “braços” à disposição, quanto simbólica, pelo número dos que os reconheciam como *senhores*. Por sinal o recrutamento de *moradores* era feito sobretudo em bases familiares: o solicitante era em geral um chefe de família, que tinha tanto mais chance de ser aceito quanto mais numerosa fosse sua família (maior o “número de braços”).

A entrada no *engenho* era marcada pela atribuição de uma casa destinada à família⁹, podendo estar ou não construída. A subsistência quotidiana também era uma questão familiar. A *morada* compreendia um teto e um espaço maior ou menor em torno da casa, onde podiam haver árvores frutíferas e um terceiro onde as mulheres criavam galinhas e outras aves, porcos, cabras. Adiante os homens podiam cultivar produtos de base: mandioca para fazer farinha, feijão, milho. O *morador* podia ainda ter acesso, por acordo tácito ou explícito do proprietário, a terrenos que permitissem intensificar o trabalho agrícola mediante ajuda dos

8 Para a análise da morada como relação específica de dominação e exploração, ver Palmeira (1977).

9 Segundo o Censo Demográfico, 55% dos domicílios rurais de Areia, ainda em 1980, eram cedidos gratuitamente (cf. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 1980, p. 155-183).

membros de sua família. Em regra geral podiam cultivar produtos para subsistência doméstica, culturas temporárias que só ocupam o terreno por um ano ou dois. Este tipo de exploração agrícola é denominado *roçado*.

Mais rara era a permissão de plantar árvores, ocupação mais durável do solo, marca de uma relação privilegiada e duradoura entre *senhor* e *morador*. Este tipo era chamado de sítio, apelação idêntica a que designava as pequenas e médias propriedades das cercanias. Mais rara ainda era a permissão para que o *morador* cultivasse produtos destinados à venda, em particular a cana-de-açúcar. Constatase que não era a “terra” que era concedida aos *moradores*, mas a autorização de realizar certas práticas precisas que podiam ser controladas pelo *senhor* ou por prepostos. Em relação à criação de animais pode-se observar práticas análogas pois, para os animais não destinados ao autoconsumo, tudo dependia da autorização do *senhor*, único a possuir cavalos e bestas de carga, meios de transporte por excelência, “privilégio” que era por vezes concedido aos prepostos. A possibilidade de se aprovisionar em água e lenha, necessárias ao cozimento dos alimentos, e de utilizar a casa de farinha da propriedade, contra o pagamento de um décimo do produto, completavam o conjunto de meios de que cada grupo doméstico dispunha para assegurar sua subsistência.

O *senhor* observava para que o *morador* não pudesse prover sozinho o conjunto de suas necessidades, por exemplo, através da concessão de roçados de tamanho insuficiente para cobrir o consumo anual, ou colocando à sua disposição armazéns vendendo fiado, chamados *barracões*¹⁰. Através destas práticas colocava o *morador* em tal situação que este tinha sempre interesse em trabalhar nos campos coletivos do domínio sob as ordens diretas do proprietário; era o único meio de conseguir um pouco de dinheiro para as compras indispensáveis como o *sal* e o querosene, e para o pagamento das dívidas eventuais contraídas no barracão. Além de contribuir para reforçar a dominação específica do *senhor*, os *barracões* redobravam o isolamento dos *moradores*, ao evitar os deslocamentos semanais para as feiras das cidades; então o trabalho, a residência, e as trocas necessárias à vida quotidiana se passavam no interior do domínio. Nas situações extraordinárias ou difíceis da vida corrente, nascimentos, doenças, mortes, recorria-se ao *senhor*, e era sua generosidade nestes momentos que alimentava a imagem de protetor legítimo de todos os que habitavam no interior do domínio.

Em contrapartida os *moradores* tinham obrigações de trabalho precisas. Nos *engenhos* o mais comum era a obrigação de trabalhar ao proprietário cinco

10 Para análise do *barracão* como dispositivo fundamental da relação de dependência e para a análise dos efeitos do crescimento das feiras na mudança desta relação, ver Palmeira (1971). Para a análise da concorrência entre *barracão* e feiras situadas dentro das usinas de açúcar ver Garcia (1977).

dias por semana durante a estação seca¹¹, quando a cana é cortada e se processa a moagem, e três dias durante a estação úmida, época em que são plantados os cultivos de subsistência mas quando o canavial exige menos trabalho. Estes dias de trabalho ao patrão eram remunerados em dinheiro, a taxas inferiores às pagas aos não-moradores, para tarefas idênticas. Estes dias de trabalho, que materializavam a submissão ao *senhor*, eram, até à época da pesquisa, uma das referências privilegiadas da sujeição. Todavia todos os moradores não estavam submetidos a este tipo de obrigações, particularmente no agreste das *fazendas de gado e algodão*, cujo perfil da exploração agrícola era diferente¹². Havia uma variedade enorme dos arranjos práticos na relação morador-patrão, porém ser morador em uma propriedade significava sempre realizar uma atividade de interesse do proprietário.

A realização das obrigações de trabalho representava a forma mais codificada e mais previsível da relação de dependência em relação ao proprietário e de submissão a seus interesses. Contudo esta relação implicava também a obrigação de ficar o tempo todo à disposição do *senhor*, *sempre* pronto a executar suas ordens, de noite ou de dia. Esta disponibilidade permanente da pessoa do morador para com seu patrão, ponto central desta forma de dominação específica, é outra das referências privilegiadas da relação de sujeição, como ilustram estas palavras de uma mulher de morador:

“Sujeito? Não pagava nada [pelo lote para roçado], mas quando vinha um recado do patrão, ele podia estar fazendo o que estivesse que era obrigado a ir” (PAULILLO, 1980, p. 11).

Caso o morador demorasse a obedecer às suas ordens, o *senhor podia* obrigá-lo a fazer o que queria. Mas o trabalho de dominação construía as condições que permitiam dispensar a coerção direta: os “dons generosos” do proprietário criavam

11 Só há duas estações nesta região, o *inverno* e o *verão*, marcadas sobretudo pela frequência e abundância das chuvas. O *inverno*, estação chuvosa, vai de fevereiro-março a agosto-setembro, e o *verão*, estação seca, vai de setembro-outubro a janeiro-fevereiro. O calendário agrícola está associado às diferentes estações: o corte de cana-de-açúcar se faz durante o *verão*, enquanto o cultivo dos produtos de subsistência (mandioca, milho, feijão) ocorre no *inverno*.

12 Havia *moradores* que recebiam terrenos para que os cultivassem por eles mesmos, onde os produtos de subsistência (milho, feijão) eram consorciados com um produto comercial, como o algodão. O produto comercial era obrigatoriamente levado para o proprietário, que assegurava sua venda, e o morador recebia uma renda correspondente a uma parcela da produção. Dizia-se que o algodão era sujeito à propriedade. Outra prática era ainda denominada sujeição: nestes terrenos a escolha dos produtos não era livre. Todos deviam ter um ciclo vegetativo tal que pudessem ser colhidos antes do início da estação seca: é o que permitia que o gado do proprietário pudesse ser solto para se alimentar com os restolhos dos roçados.

para o eventual beneficiário uma dívida que não poderia ser saldada. Quem estava em posição de devedor permanente, ou mesmo eterno, tornava-se despossuído dos meios de saber o que devia exatamente; por conseguinte, não tinha outra alternativa senão aceitar, como seu, o interesse de seu “protetor”. Obedecer as ordens era uma maneira de retribuir uma dívida que não podia ser quitada. Se a comunidade de interesses é uma das condições de possibilidade da dependência personalizada, como observa Weber¹³, é fundamental que se analise as condições de produção desta comunidade de interesses, onde o interesse do dominante acaba por aparecer como interesse tanto do dominado como do dominante.

A relação de *morada* não era uma construção dada uma vez por todas, invariável, independente de todo trabalho para assegurar a continuidade ou mudança da relação *morador-senhor*: era somente respondendo às expectativas dos *moradores* nos diferentes planos em que contavam com sua proteção, que o *senhor* ganhava crédito para administrar suas vidas e dispor delas segundo sua vontade. Havia um equilíbrio entre as solicitações recíprocas, entre as expectativas satisfeitas ou frustradas, que era necessário manter e que constituía o motor da relação. A situação dos *moradores* não era homogênea, mesmo no interior de uma mesma propriedade. Cada relação concreta mostrava uma configuração de concessões e obrigações diferentes, que só se explica completamente pela história particular das trocas *morador-senhor*.

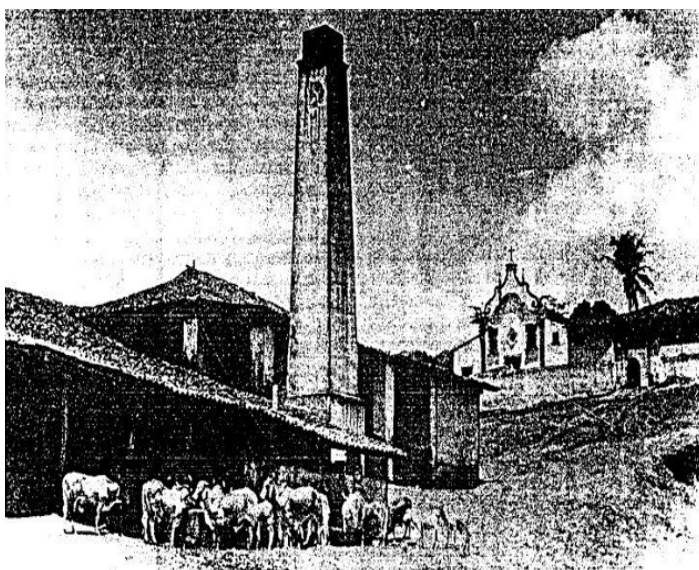
Situado numa posição que permite colocar os *moradores* em concorrência por seus favores, o *senhor* podia instituir vantagens materiais como contrapartida da fidelidade à sua pessoa sem mesmo ter necessidade de explicitá-las. Como os dominados estavam desprovidos dos meios de refletir sobre seus próprios interesses, os “dons generosos” podiam obscurecer os interesses do *senhor* ao praticá-los. A troca objetiva toma a forma de “troca de favores”, distanciando-se das formas mercantis, onde cada parceiro reflete sobre seus interesses contemplados e sobre os interesses atendidos da parte adversa. Era o *senhor* que, graças à prática de dons que instauram dívidas morais, ligava os indivíduos a si numa relação de submissão, relação esta que engendrava por sua vez a esperança de novas recompensas. O trabalho de dominação é tanto mais eficaz quando consegue que o dominado conceba seus próprios interesses como idênticos aos do dominante: neste caso a disponibilidade da própria pessoa torna-se um dado. Isto pode ajudar a explicar porque os trabalhadores concebiam o trabalho que faziam para si mesmos, nos *roçados* ou na criação de animais, como um dom recebido. Não se

13 Analisando a transformação das relações de dependência entre os trabalhadores agrícolas das províncias alemãs a leste do Elba, Max Weber opera uma reconstrução destas relações de dominação e sublinha que “a cínica base segura de tais relações é constituída pela comunidade de interesses existente entre o proprietário e os trabalhadores. No caso destes interesses tenderem a se opor, não mais será possível manter a antiga relação” (WEBER, 1981, p. 32).

trata apenas do “dom” das condições materiais do trabalho, mas de “dom” do uso de seu próprio tempo, de seu próprio corpo. A distinção entre trabalho para si mesmo, a exemplo do *roçado*, e o trabalho ao patrão, no canavial, é obscurecida, ou mesmo negada pela interiorização da disponibilidade ao *senhor*. No limite, tudo se passa como se todo ato do *morador* fosse um dom do *senhor*, ou obedecesse à sua vontade tácita ou explícita.

A organização do espaço e a hierarquia objetivada

A dominação instituída pela morada não se reduz à organização simultânea do trabalho, da residência e das trocas materiais no interior da propriedade. Na prática, constitui um dos princípios de estruturação do conjunto da vida social e em especial das atividades culturais. O exame da distribuição espacial das construções existentes nos *engenhos* e suas funções permite avaliar a amplitude dos planos da vida social que foram estruturados pela hierarquia do *engenho*. A cultura objetivada no espaço materializa a hierarquia, ao mesmo tempo que contribui, por sua simples existência, à interiorização por cada indivíduo das disposições mentais correspondentes à posição que ocupa neste espaço¹⁴.



Engenhode Poço Comprido-Vincência, Pernambuco.

14 Sobre a objetificação da história nas instituições e nos corpos, ver Bourdieu (1980, p. 95).

O esquema do conjunto da propriedade mostra uma parte central onde a construção mais imponente é *casa-grande*, onde reside a família do *senhor*; junto ao *engenho* propriamente dito, galpão onde está a moenda e as instalações de fabricação dos derivados da cana. Este conjunto está cercado por campos cultivados de cana-de-açúcar; no meio do canavial, vez por outra, encontram-se as casas dos *moradores*, de pau-a-pique, em geral, cercadas por roçados e eventualmente algumas árvores frutíferas. A posição central e o aspecto da casa da família do proprietário, em contraste com as casas dos *moradores*, e a extensão do canavial confrontada aos roçados diminutos constituem um dos melhores índices da maneira pela qual se distribui e se exerce o poder social.

O exame da parte central é ainda mais significativo: a *casa-grande* e o *engenho* estão situados nas proximidades da capela, da escola, do *barracão*, e do terreno para jogos de futebol e para as festas ao ar livre; mais adiante se situa um grupo de casas geminadas para *moradores*, ocupadas em geral por empregadas domésticas da *casa-grande*, por jardineiros e os que se ocupam do pomar. Isto permite que todos os encontros e todas as reuniões, das mais informais ou obras do acaso, como o encontro dos homens no *barracão* para beber uma lapada de cachaça finda a jornada de trabalho, às mais institucionalizadas e ritualizadas, como os ofícios religiosos, passando pelas festas e jogos esportivos, não possam escapar ao olhar vigilante do senhor da *casa-grande* e de todos os habitantes do domínio. A escola e a capela, situadas em torno da *casa-grande*, contribuem para redobrar o marco simbólico deste micro espaço como o local onde estão concentrados todos os poderes.

Entretanto a simples proximidade espacial não pode servir para fundar o controle ou o poder dos *senhores* sobre as atividades religiosas ou escolares; já que são estruturadas segundo hierarquias independentes do *engenho* e poderiam constituir atividades paralelas ou concorrentes. As memórias de José Américo de Almeida, pertencente à quarta geração de *senhores de engenho*, cuja infância se passou em *engenho* de Areia, dão uma imagem das práticas e dos poderes exercidos por seu pai, particularmente da inter-relação das atividades culturais, sociais e produtivas no *engenho*. A força das ordens do *senhor* reside no fato que ele concentra legitimidade e autoridade em vários setores da vida social, à exclusão de qualquer outra autoridade concorrente no interior do domínio. O *senhor*, que não tem nunca que explicitar a que título ele emite sua ordem, acumula assim os benefícios de todos os tipos de legitimidade. A expressão de uso corrente, “ele casava e batizava”, referência aos sacramentos da Igreja católica, reforça simbolicamente o direito reconhecido do *senhor* de reunir pessoas para toda a vida e de fazer entrar novo membro na comunidade já existente. E seu pai

era quem distribuía medicamentos, rezava novenas e moralizava, quem detinha portanto o poder de cura dos corpos e cura das almas¹⁵.



Fotos: Fundação Nacional Pró-Memória.

O que retém os *moradores nos limites do engenho* não é só a expectativa de um grito a lembrar que o *senhor* precisa deles, é toda esta vasta organização da vida social, envolvendo trabalho, residência; trocas materiais, práticas religiosas, festas, que se desenvolve dentro de seus limites e constitui uma espécie de força centrípeta que os atrai “naturalmente” para dentro do espaço dominado pelo poder do *senhor*, e limita os horizontes mentais (“uma geografia mínima”), desviando-os e isolando-os do mundo social mais abrangente¹⁶. Tudo isto sem que haja nenhum regulamento explícito nem que os limites da propriedade sejam guarnecidos por muros ou cercas. À época da pesquisa, em 1976-77, encontravam-se ainda membros das famílias dos *moradores* que nunca haviam saído dos limites da propriedade.

15 O contraste com a situação atual pode ser melhor avaliado, se confrontarmos esta reunião de poderes, em uma só mão, com a concorrência vigente entre diversos especialistas religiosos e especialistas médicos num subúrbio do Rio de Janeiro, da década de 70, para onde migraram muitos indivíduos originários da Paraíba. Os poderes para prescrever terapias que tratem de males corporais ou mentais são objeto de ampla e diversificada concorrência (cf. LOYOLA, 1984).

16 Os limites espaciais das práticas analisadas e as formas de dominação que as acompanham tendem a se constituir em limites de qualquer prática. Sobre a noção de *habitus*, produzido pela história, pela incorporação das estruturas sociais, e princípio gerador de práticas, como capacidade infinita de produzir práticas limitadas; ver Bourdieu (1980, p 92).

O uso de violência física

Para se fazer obedecer, ou para punir, o *senhor* chegava a infligir castigos corporais, por vezes acabando em morte. Com este fim dispunha dos capangas ou cabras *de confiança*, homens caracterizados por uma fidelidade completa à pessoa do *patrão*, a quem se concedia vantagens especiais e que desfrutavam de um *status* especial *no engenho*. Recrutavam-se por vezes indivíduos que tinham cometido crimes em outros cantos, portanto suscetíveis de terem o gosto e a aptidão para o manejo das armas, e, além disso, contraíam uma dívida moral com quem lhes concedia asilo. Estas milícias privadas sempre foram muito frequentes: elas intervinham não só no interior da propriedade, mas ainda nas múltiplas disputas que opunham os *senhores* uns aos outros, como querelas por limites das propriedades, conflitos pela honra familiar, batalhas políticas etc¹⁷.

Sobre os poderes exercidos pelo *senhor de engenho*

José Américo de Almeida nasceu em 1887 dentro de um engenho de Areia, um ano antes da abolição da escravatura e dois anos antes da Proclamação da República. Aos oito anos deixou o engenho para morar com seu tio paterno, então vigário de Areia, para prosseguir seus estudos. Após uma passagem pelo seminário, bacharelou-se pela Faculdade de Direito do Recife (1908). Foi nomeado procurador da Paraíba e ascendeu rapidamente na magistratura por força das relações políticas de sua família. Lança-se então em atividades literárias, assim como políticas. Começa a publicação de romances em 1922 e publica, em 1928, *A Bagaceira*, que lhe valerá um reconhecimento nacional. Considerado um dos pioneiros do romance regionalista do Nordeste, este livro conheceu 15 edições até 1979 e deu origem a um filme nos anos 70. A carreira política de José Américo levou-o a ser um dos principais líderes da revolução de 1930, candidato à Presidência da República antes do golpe de 1937, do “Estado Novo”, e político nacional influente, mesmo “retirado da vida pública” desde 1956, até sua morte, em 1980, Fundador da Escola de Agronomia em Areia em 1932 e ulteriormente da Universidade Federal da Paraíba, e seu primeiro reitor, era membro da Academia Brasileira de Letras quando redigiu suas memórias.

“Meu pai tinha o comando; enfeixava todos os poderes. Como era costume dizer-se, casava e batizava Era a polícia, o juiz, o médico, o padre. Mantinha a ordem; o destacamento local não tinha ingresso no feudo. Julgava, e sua sentença era

17 Conflitos deste gênero, por vezes extremamente violentos, foram uma constante na história de Areia (cf. ALMEIDA, 1958, 92-113 e 235-264).

inapelável. Só o Delegado de Polícia, Zacarias Cabral, ousou, por ter endoidecido, invadir a propriedade para proibir um samba. Trazia consigo a carteira de homeopatia de Sabino para dar suas doses e aplicava mezinhas de graça (...).

Rezava a novena para o pessoal do sítio na capela da casa-grande (...). Uma questão de limites dera-lhe dores de cabeça. A terra era sempre motivo de conflitos entre vizinhos. (...) Ele foi bom para os *moradores*. Não se usava nesse engenho uma expressão conhecida em muitos outros: cabra de peia. Quando trouxeram um ladrão de lenha todo inquirido de corda, soltou-o e repreendeu o feitor. Não tinha guarda-costas, os “cabras de confiança” que os proprietários mantinham para sua segurança pessoal, e nenhum criminoso viveu à sua sombra. Impunha respeito com seu valor moral (...). Moralizava; as licenciosidades do sítio eram secretas, libidos de naturezas primárias (...). Tinha boas amizades e o mais chegado era o compadre.

No seu tempo, essas relações valiam um pacto de honra. Abolicionista, alforriou os escravos antes do 13 de maio (...). O tronco da família veio de Portugal. Só conheço a ascendência até 1700, começando com João Gomes de Almeida. Meu bisavô paterno foi Luiz José de Almeida.

Meu pai não era festeiro. Trabalhando, como vivia, faltava-lhe ânimo para se divertir. Só São João era querido. Na sua noite, levantava-se um mastro com a bandeira e acendia-se a fogueira, que servia para assar o milho, brincar de compadre e comadre e fazer adivinhação. (...)”

O grito e o búzio

Ninguém se dava ao trabalho de ir procurar as pessoas. Chamava-se de longe, gritando, mesmo ignorando onde estavam. Não sendo ouvido, continuava-se a gritar, sem medir a distância, esperando a resposta.

E a garganta não cansava (...). Se o engenho perdesse essas vozes, estaria de fogo morto (...). Não sendo o grito, era o búzio, uma corneta que marcava os horários.

Numa noite de chuva (...) ele soprou seu instrumento (...). Não faltou um só morador; acorreram todos atraídos pelo chamado que tinha de ser ouvido, a qualquer hora, do dia ou da noite, e salvou-se o açude. (...)

Os moradores

Seus limites não iam além do sítio; nada, os empurrava para fora. Ignoravam os espaços que acenavam com outras promessas: longe dessas fronteiras estariam perdidos. Sua geografia era mínima. (...) No dia do pagamento, o morador esperava o salário sentado na calçada da *casa-grande* ou de cócoras. Os que ficavam de pé encostavam-se às paredes, pois nunca se sustentavam sem apoio. A diária era um cruzado, mal chegando para comer. O estômago obrigava a trabalhar. Só conheciam duas satisfações: a da boca e a do sexo (...). Dispensavam o maior respeito aos patrões e às pessoas qualificadas, não passando por eles sem tirarem o chapéu (...). Era um povinho acomodado. Acima do patrão, só Deus e Maria Santíssima. (...) Valentia era um título de superioridade. Não usavam arma de fogo; portando faca de ponta e cacete.” (JOSÉ AMÉRICO DE ALMEIDA, 1976, p. 57-62).

Na verdade nas lutas e concorrências entre os proprietários pela manutenção de seus poderes, as milícias privadas constituíam um recurso comumente acionado: para fazer-se respeitar fora de seus domínios, ser um “homem de respeito”, significava também que o *senhor* sabia preservar a fonte de seu poder, a integridade de seu domínio, até mesmo contra a polícia municipal, já que esta era comandada por um chefe político, seguramente um outro *senhor de engenho*. José Américo de Almeida relata ainda, em suas memórias, um episódio que descreve a reação violenta de seu pai à entrada da polícia no *engenho* à cata de um antigo *morador* que acabara de cometer um crime na cidade. Embora tendo recusado o asilo que o *morador* solicitara, a descrição do mal-estar físico de seu pai denota bem a violência ressentida pela irrupção da polícia em suas terras e pela prática de castigos corporais contra parentes do criminoso (ALMEIDA, 1976, p. 60).

Quer pela presença de capangas, quer pelo uso exclusivo de armas de fogo no *engenho*, restrito ao *senhor ou* seus prepostos, a violência física sempre fez parte da relação de dependência¹⁸. Os castigos corporais eram infligidos diante dos demais *moradores*, de maneira a produzir um efeito de demonstração e marcar claramente quem detém o uso legítimo da violência física. José Américo de Almeida trata no romance *A Bagaceira*¹⁹ o tema da expulsão violenta e arbitrária de *morador*, assunto presente também em suas obras a pretensão científica²⁰: por

18 E. Wolf e S Mintz (1957) caracterizaram as relações de dependência nas plantações tradicionais pela atribuição gratuita aos trabalhadores de elementos de sua subsistência simultaneamente ao exercício da violência física.

19 Este romance, publicado em 1928, foi considerado um pioneiro do romance regionalista. Para uma análise do campo literário e intelectual por esta época, ver Miceli (1979).

20 Cf. Almeida (1937). Este livro que se pretendia obra de geografia, publicado originalmente em 1923, com o concurso do Governo da Paraíba, foi produzido como um relatório para o

ter ousado se queixar ao *senhor* de uma injustiça contra si, o *morador* é expulso da propriedade sem nenhuma compensação pelo que produziu ou plantou; e foi chicoteado após ter sido surpreendido quando tentava recuperar clandestinamente uma parte dos cultivos por ele efetuados.

A ameaça da expulsão virtual do *morador* permite compreender a relação estreita existente entre as estratégias de acumulação de bens de subsistência do *morador* e a submissão necessária aos interesses do *senhor*. Todo investimento individual só é seguro e rentável se puder contar com a boa vontade constante do *senhor*. Toda vantagem material ou benefício depende menos do trabalho direto do *morador* que do estado da relação *morador-senhor*, já que podem ser reduzidos a zero por uma decisão arbitrária e unilateral do *senhor*. Esta situação de incerteza tende a anular o interesse do *morador* pelo trabalho para si próprio, tudo se passando como se o único investimento capaz de garantir vantagens materiais e simbólicas consistisse em assegurar a confiança do *senhor* por provas de fidelidade. Eis aí uma verdadeira economia das práticas de dependência²¹.

A prática dos castigos corporais não é apenas a outra face da generosidade: o pai generoso é também o pai que pune. Ela produz um efeito particular de marcação social, separando os que são senhores do próprio corpo, dos que não controlam os usos do próprio corpo, ou melhor, cujos usos dependem da vontade de outrem. O trabalho na enxada como a prática dos castigos corporais revelam um controle diferencial do próprio corpo no interior do domínio. Há aqueles que, como os grandes proprietários, podem participar dos jogos cujo móvel é a honra social²², pois possuem os meios de lançar desafios ou de respondê-los; e os que estão excluídos desta disputa²³, porque totalmente desprovidos dos meios de atacar ou de se defender.

governo estadual visando a justificar a continuação das verbas federais destinadas às obras de combate às secas iniciadas por Epitácio Pessoa na Presidência da República.

21 Para o conceito de economia das práticas, ver Bourdieu (1980, p. 85).

22 Para análise de confrontos, onde o que está em jogo é a honra dos participantes, ver ainda Bourdieu (1980, p. 171).

23 O romance *A Bagaceira* tem por objeto central uma disputa em torno da honra, em que o *senhor de engenho* tem acesso às mulheres, residentes na propriedade, que deseja, sem legitimar tais uniões e sem que os homens adultos das famílias dessas mulheres possam vingá-las (cf. ALMEIDA, 1974).

Desentendimento e punição de um morador

“Intimado a deixar a palhoça que ajudara a levantar, o caboclo coçou a cabeça e correu à casa-grande, com o chapéu debaixo do braço:

Patrão, eu não me sujeito. O patrão sabe que eu não enjeito parada: sou um burro de carga. Mas, porém, nascer para estrebaria não nasci.

Dagoberto (o *senhor do engenho*) não quis saber de mais nada:

Pois, por ali, cabras safado! Você não nasceu pra estrebaria que é de cavalo de sela: nasceu foi pra cangalha!

Xinane (o *morador*) continuou a coçar a cabeça, como se procurasse despertar uma idéia:

A gente bota um quingueingu (roçado); quando é agora, o patrão, sem quê nem mais...

E, implorativamente:

(...) *quando acaba, foi a caseira arranhando com o cabo de enxada. Patrão, minha rocinha, atrás do rancho! E a rebolada de canal!..*

O que está na terra é da terra! Era essa a fórmula de espoliação sumaríssima.

Patrão, mande suas ordens. Daí licenças que leve os troços?

E o caboclo saiu, levando os cacarecos num braçado e 400 anos de servilismo na massa do sangue (...).

(Na mesma noite) Uma onda de frio engelou toda a bravura mestiça de (Engenho) Marzagão. João Troçulho (*morador*) tremia como a milhã sacudida pelo vento.

Então, Pirunga (jovem vindo do sertão corrido pela seca e alojado na casa de Xinane) avançou impávido e mergulhou nas touceiras agitadas.

Recresceu a ansiedade cabocla.

Os cães encolhiam-se no aceiro.

Mas seguiu-se um silêncio intrigante. E boiavam nas folhas duas cabeças imóveis.

Era Pirunga abraçado com Xinane que tinha ido, alta noite, furtar o aipim que havia plantado e, pressentindo os vigias, se enforcara no canavial.

Levado à presença do *senhor de engenho*, este ordenou ao feitor:

Lambuze o traseiro de mel de juro e assente no formigueiro.

Xinane alarmou-se:

Por amor de seu Lúcio (filho do senhor de engenho)!...

Lambuze, bem lambuzado!

Por amor da defunta (esposa do senhor)!...

Nesse caso, dê-lhe umas tronchadas.

Manuel Broca (o feitor) prontificou-se:

Fica por minha conta. Trinta lamboradas.

E, ali mesmo, uma, duas, três... Logo na terceira, o caboclo grunhia e mijou-se.

O xexéu (passarinho noturno) deu-lhe uma vaia em termos”.

(Extraído do romance de JOSÉ AMÉRICO DE ALMEIDA, 1974, p. 10-21)

Esta distinção está na raiz dos usos de expressões que têm por referente a masculinidade, a virilidade. A palavra *homem*²⁴ é reservada para os grandes proprietários, para aqueles que estão dotados do poder de decisão sobre o próprio corpo e sobre o dos outros. Os *moradores* são chamados de *cabras*. Os prepostos do *senhor* podem ser referidos como *cabras de confiança*. Nos textos de José Américo de Almeida esta denominação é frequente, sempre relacionada a uma posição subordinada, mas sem ter forçosamente uma conotação pejorativa. Em certos usos a conotação pejorativa é clara: *cabra safado*, *cabra da peia*. O valor simbólico da palavra cabra está ligado aos usos sociais desse animal: criadas por mulheres, as cabras não são difíceis de alimentar e vivem em lugares onde outros

24 Lygia Sigaud (1980) analisou as representações dos *moradores* das grandes plantações açucareiras de Pernambuco, e seu estudo mostrou como a denominação de *homens* era reservada aos *senhores de engenho* e *usineiros*.

animais não se adaptam como nas regiões semi-áridas (Sertão; Curimataú). São elas que fornecem a maior parte do leite às crianças dos *engenhos*, sobretudo aos filhos de *moradores*. Portanto, a oposição *homens-cabras* distingue aqueles que estão capacitados a participar plenamente da vida social e os que, relegados à vida doméstica e ao mundo feminino, dela estão excluídos.

No jogo político, observa-se um fenômeno análogo: o termo *eleitor* designava principalmente os *senhores*. *É o senhor* que decidia como cada *morador* deveria votar, assim como era ele que era consultado pelos candidatos, participava das negociações, dos compromissos, das definições das questões a serem tratadas. Uma entrevista realizada em Areia, em 1978, atesta a persistência das práticas de voto de cabresto em passado recente.

“M: A gente votou, nesse tempo (1976?) eleição para Prefeito Municipal, no candidato de Seu José (o patrão), que era o Dr. Arnaldo, era da ARENA e a gente não votou pelo MDB não, a gente votou pela ARENA. Foi exigido que ele não queria que a gente votasse na parte do MDB.

P: Mas o voto não é secreto?

M: É, mas a gente votou porque a gente morava lá... aí tinha que fazer os gostos do patrão.” (PAULILLO, 1980, p. 44.)

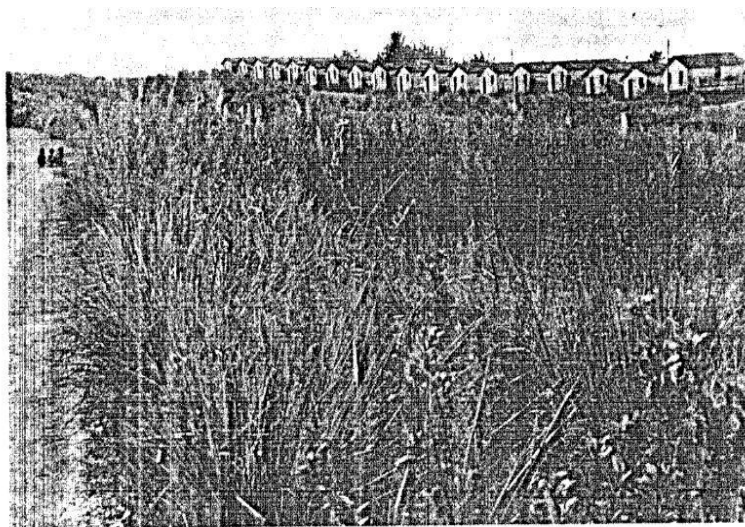
A imagem do *engenho* como um universo social fechado permite compreender esta estrutura social particular²⁵, à condição de não identificá-lo nem a universo autárquico, nem a um universo inteiramente desvinculado do exterior por relação a práticas religiosas, culturais e políticas. Economicamente voltado para o mercado, inserido nas redes de alianças matrimoniais e nos jogos de honra correlativos, inserido no circuito das atividades religiosas, culturais e políticas, o domínio não está desvinculado do mundo social que o cerca. É a relação de dependência que o estrutura que impõe a plena participação ao campo social dos *senhores* e a exclusão dos *moradores*.

25 A análise sociológica dos operários da parte industrial das usinas de açúcar, que sucederam aos engenhos, mostra como a dependência foi reconstruída nestas fábricas em meio rural e as formas particulares que assume a partir destas transformações tecnológicas. A análise da identidade social dos operários industriais das usinas, por oposição aos da parte agrícola, é apresentada em Leite Lopes (1976).

A quebra do isolamento dos moradores e o declínio da dominação tradicional

Podemo-nos perguntar como este espaço fechado constituído pelo *engenho*, que imobiliza os trabalhadores e nele inscreve sua estrutura hierárquica, chegou a se abrir. Como foram quebrados os limites do domínio, limites que estão também inscritos nos cérebros e nos corpos dos que ali viviam? Buscaremos analisar aqui as principais mediações que estão na origem da transformação das condições de produção da dominação tradicional, da perda de eficácia das estratégias postas em prática na relação de dominação, tanto da parte dos dominantes como dos dominados, e da disposição a investir em práticas novas, como, por exemplo, no caso dos dominados, as migrações para cidades industriais e mais tarde a participação no movimento sindical. Esta análise tenta mostrar que a passagem de um modo de dominação a outro não se faz de maneira automática e previsível, segundo uma direção necessária e única, como conceberia toda concepção evolucionista, mas ela é objeto de uma luta constante entre agentes que ocupam posições diferentes no espaço social, com diferentes interesses e dispondo de meios socialmente desiguais. Luta esta que é tanto material, visando a distribuição dos recursos e dos capitais socialmente utilizáveis, quanto simbólica, quando visa a mudar as percepções sociais do que é possível fazer e do que é possível dizer, e, particularmente, de dizer o que é necessário fazer. A transformação nem é dada, nem conhecida *a priori*.

Três mediações essenciais são necessárias para compreender este caso concreto de transição de uma estrutura de dominação a outra. A primeira é a concorrência entre as *plantations*, sobretudo no tocante ao mercado de derivados da cana-de-açúcar, com o surgimento das *usinas* e o declínio dos *engenhos*. A segunda é a possibilidade dos deslocamentos maciços para o Rio de Janeiro e São Paulo desde os anos 1950, época em que estas cidades conheciam um forte crescimento industrial, que se traduzia pela ampliação do mercado urbano. A terceira é o surgimento das primeiras associações camponesas e o impacto que tiveram no campo político, particularmente através da fixação de um novo quadro legal para regular as relações entre proprietários e trabalhadores agrícolas, e do estabelecimento de um novo quadro institucional, cujos símbolos são a justiça e a inspeção do trabalho; assim como leis dando poderes ao Governo Federal para operar uma redistribuição fundiária, juntamente sobre a criação de novas instituições que teriam essa incumbência (o IBRA, denominado INCRA desde 1970 até sua extinção em 1987). Os usos sociais da classificação em *libertos* e *sujeitos*, encontrados durante a pesquisa de campo, estão ligados a uma época de transição, em que a dominação tradicional foi abalada pela ação conjunta e cumulativa destes três fatores.



Vita de moradores, Usina de açúcar - Areia-PB. (Foto: Gustavo Moura, abril de 1986)

A concorrência entre engenhos e usinas

Ao longo do século XIX o crescimento do número de engenhos e do volume de produção dos derivados da cana-de-açúcar esteve ligado à ampliação das exportações para os mercados internacionais, sobretudo europeu. O açúcar produzido nesta região, assim como o algodão que o precedeu e que constituía o principal produto comercial das partes secas do Município, eram escoados pelos mercados de Goiana e Recife, em Pernambuco. O estudo de Peter Eisenberg (1977, p. 42, quadro 3) sobre a evolução das exportações de açúcar a partir de Pernambuco, permite avaliar as flutuações do comércio internacional que incidiram sobre a produção da região estudada. Entre 1836-40 e 1886-90 as quantidades exportadas foram multiplicadas por 4,2. É verdade que, a partir de 1856-60, o preço das exportações em libras esterlinas baixou (-50% entre 1856-60 e 1886-90), mas esta baixa foi compensada em parte por uma queda da taxa de câmbio, o que permitia aos produtores de açúcar trocar as divisas adquiridas por um volume crescente de moeda nacional. Por conseguinte, durante a segunda metade do século XIX, o açúcar constituía um negócio lucrativo e próspero.

Esta época representa para Horácio de Almeida, (1958, p. 166-202), o apogeu da cidade de Areia, que conhece grandes progressos; o comércio se desenvolve fazendo com que Areia apresente a feira mais importante de toda a Paraíba, com lojas de comércio possuindo estoques de valor dez vezes superior ao preço de instalação de um engenho. Na mesma época se diversificavam as atividades

culturais da cidade com a circulação de jornais locais, a construção de teatro, a formação de orquestra e criação de curso de música e canto, a inauguração de clube para bailes e reuniões sociais. Também por esta época foram construídas as casas mais imponentes da cidade e as ruas calçadas.

Porém a partir do último decênio do século XIX o açúcar brasileiro foi deslocado de seus principais mercados consumidores externos; primeiro dos mercados europeus em virtude do crescimento do açúcar de beterraba, depois do americano devido à produção crescente de Cuba, Havai e Porto Rico. Entre 1900 e 1910 as exportações de açúcar caíram mais de 80% em relação aos níveis de 1890; enquanto Pernambuco representava sozinho 2% do mercado internacional do açúcar entre 1886-90, tal participação se reduziu a 0,1% do mercado mundial entre 1901-1905 (EISENBERG, 1977, p. 44, quadro 6 e p. 47, quadro 7). Seguiu-se uma forte queda do poder de compra dos *senhores de engenho*. Distante dos portos de exportação, o prejuízo acarretado em Areia era ainda maior. Como todas as regiões açucareiras brasileiras, sobretudo as do Nordeste que consagravam 80% da produção às exportações, a região em tela conheceu uma violenta crise de mercados. Para conjurar tal situação adversa os *senhores de engenho* vão usar de uma dupla estratégia: primeiro levar a cabo uma modernização industrial e produzir em maior escala, passando dos engenhos às usinas; em segundo lugar reconverter suas atividades para uma produção de qualidade inferior voltada apenas para o mercado interno brasileiro. Foi a opção principal dos *senhores de engenho* de Areia até 1931.

Inicialmente concebidas como, estabelecimentos exclusivamente industriais, as usinas se transformaram rapidamente em vastas unidades agroindustriais reagrupando vários antigos *engenhos*²⁶, utilizando, além da cana produzida em terras da própria usina, cana comprada aos *engenhos* das vizinhanças. Elas continuaram a empregar uma mão-de-obra de *moradores*. A expansão das usinas provoca assim uma reorganização da produção açucareira e uma diferenciação no interior do grupo dos *senhores de engenho*. O *usineiro* tornou-se um *senhor* bem mais potente que os demais, enquanto os outros *senhores de engenho*, incapazes de resistir à concorrência do mercado de açúcar, se transformaram em simples fornecedores de matéria-prima. Estes últimos foram assim desqualificados socialmente, pois os efeitos desta reorganização do parque açucareiro iam do econômico ao campo político, numa dupla subordinação aos usineiros. Não parar as atividades fabris do *engenho* tinha uma significação tanto simbólica quanto política: *fogo morto*, expressão de época transcrita tanto por José Américo de

26 Para maiores detalhes sobre a modernização da agroindústria açucareira e a aparição das usinas, ver: Eisenberg (1977, caps. 4 e 5); Correia de Andrade (1964); Perucci (1978).

Almeida como por José Lins do Rego²⁷, significava que o *senhor* estava reduzido à impotência.

Nas regiões periféricas das áreas dedicadas à cana, que não foram objeto do interesse imediato das usinas, operou-se uma reconversão da produção para artigos menos nobres. Foi o caso de Areia onde os engenhos se consagraram à produção de rapadura e aguardente. Em 1909 Areia possuía 102 *engenhos* que só produziam rapadura e aguardente (ALMEIDA, 1937, p. 243). Esta estratégia permitiu aos *senhores de engenho* conservarem suas atividades agroindustriais, porém sem poder afastar o risco de declínio, pois a falta de uma modernização tecnológica os condenava a serem batidos a longo prazo no plano mesmo do mercado interno pela produtividade mais elevada das usinas. Esta trajetória coletiva de declínio mudou a posição relativa dos *senhores de engenho* de Areia por relação às posições ocupadas pelos demais grandes proprietários do Brasil, em particular os produtores de açúcar, e sobretudo, os produtores de café do Centro-Sul em ascensão. Se podiam consagrar menos recursos ao estabelecimento e à manutenção das relações de *morada*, a diminuição dos recursos disponíveis não levou ao desaparecimento da *morada*: em 1949 havia ainda *engenhos* em funcionamento, numa diminuição de apenas 5% em 40 anos. O declínio se acentuou entre 1950 e 1980, já que neste último ano havia apenas 37 *engenhos* em produção (BERNARDES, 1951-52; BRAGA DE SÁ, 1980, p. 88).

A criação das usinas não ocorreu através de autofinanciamento, através do simples reinvestimento dos lucros dos *engenhos* mais prósperos, e não resultou assim da ação dos “mecanismos de mercado” capazes de explicar a passagem de uma a outra escala de produção industrial. Ela só se tornou possível graças às subvenções públicas, obtidas através de lutas políticas, cujo móvel era a legitimidade mesma da intervenção dos poderes públicos neste setor da economia e suas implicações²⁸. Nos anos 1930 os efeitos da crise econômica mundial se fazem sentir nos mercados dos principais produtos de exportação brasileiros: o café e o açúcar. São criadas então novas instituições públicas, sobretudo para conjurar os efeitos da crise e assegurar a manutenção de um determinado nível de renda para os produtores, mediante a utilização de fundos públicos e mesmo pela destruição de estoques invendáveis.

A criação do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), em 1933, instituiu um controle minucioso da oferta de derivados da cana: o Instituto passou a fixar o preço, a produção de cada usina, a cana que ela pode cortar e a quantidade que deve

27 O romance de José Américo situava-se na região do brejo alto, enquanto os romances de José Lins do Rego, do ciclo da cana-de-açúcar, tinham por referente as planícies próximas ao litoral, a várzea, onde as usinas cresceram bem antes do que no brejo.

28 Sobre a importância das subvenções, cf. Eisenberg (1977, cap. 5).

comprar de fornecedores, e cadastra os fornecedores²⁹. O IAA tornou-se o responsável pela venda da produção de açúcar e álcool nos mercados externos e internos. Esta institucionalização administrativa da produção e do mercado dos produtos canavieiros tem como efeito a transformação das formas de concorrência entre produtores, pois desde então é menos decisivo antecipar as flutuações da demanda interna ou internacional do que conhecer e participar das decisões da nova instituição. No tocante aos produtores de rapadura e aguardente, esta institucionalização resultou num reforço de uma posição marginal: eles só ficaram reconhecidos como fornecedores de cana. A estratégia econômica de seguir produzindo tais subprodutos não foi bloqueada, mas sob tal condição não se beneficiaram nem mesmo das vantagens concedidas aos demais fornecedores. A imagem de produtores tradicionais, coisa do passado, se viu assim reforçada.

A usina de açúcar, estudada durante a pesquisa de campo, foi implantada em 1931, mas sua produção não chegava a mais que 10% da produção de uma usina média brasileira até 1970, data na qual atingiu a produção de uma usina média dos anos 1950³⁰, o que significou que sua implantação não teve por efeito imediato o desenvolvimento rápido da concorrência entre usinas e *engenhos* por terras, cana-de-açúcar e mão-de-obra de *moradores*. Foi somente entre 1970 e 1980 que a produção foi multiplicada por 4,5 e que grandes investimentos, financiados pelo IAA, estão ligados à expansão da capacidade de produção. No momento da pesquisa de campo, a concorrência *engenho/usina tornava-se* uma questão local, enquanto tal concorrência tinha marcado o espaço da produção açucareira brasileira desde o início do século.

Entretanto as estratégias de reconversão econômicas não se limitaram à produção açucareira vários outros produtos foram tentados com sucesso limitado e temporário. A cultura do café foi implantada desde fins do século XIX, e foi abandonada após 1922 quando uma praga atacou os cafezais. Entre 1920 e 1940 tentou-se cultivar o tabaco e o bicho da seda, sem grande sucesso. Contudo por volta de 1940 o sisal exportado daria um novo sopro de prosperidade aos donos de *plantation*; tão rentável foi seu cultivo que os campos cobertos de agave expulsaram a cana de sua passagem habitual, passando esta cultura a dominar tanto a passagem de *brejo* quanto a do *Agreste*³¹. Com a queda acentuada dos preços internacionais do sisal a partir de 1953; a produção de rapadura e aguardente, que

29 Um estudo minucioso das práticas de controle da oferta no mercado de cana-de-açúcar e seus derivados, bem como do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) como instituição e dos usos dos novos poderes criados com seu surgimento, é apresentado por Szmrecsányi (1979).

30 Cf. Garcia Jr. (1983b, cap. 5; para dados estatísticos completos p: 333).

31 No tocante à importância da cultura do sisal em Areia ver: Carvalho (1951, 1952), e Correia de Andrade, Recife, IJNPS (1957).

constituía apesar de tudo a menos ruim das alternativas de produtos comerciais para *senhores de engenho*, foi retomada no *brejo*.

A utilização das mesmas estratégias econômicas, que no passado não conseguiu deter a trajetória de declínio dos *senhores de engenho*, passavam a ocupar uma posição cada vez mais dominada no interior do campo das classes dominantes brasileiras. Ela permitiu contudo conservar a posição de dominantes a nível local e assegurar a sua sobrevivência física e social. Foi também no começo dos anos 1950 que se intensificaram os deslocamentos dos pequenos proprietários e dos *moradores*, para o Sul do país, reduzindo o número de indivíduos submetidos à dominação específica da *morada*, colocando *senhores de engenho* e *fazendeiros* em concorrência com os industriais do Centro-Sul que procuravam atrair a mão-de-obra local. Eram atingidas assim as bases mesmas dos poderes dos grandes proprietários.

Os deslocamentos maciços para as cidades industriais

Rememorando sobre a imobilidade dos *moradores*, àquela época; ao escrever em 1976 que para eles “a geografia era mínima”, limitada aos horizontes do domínio. Em seu romance de 1928 havia imagem semelhante (a “geografia era uma lição de vagabundagem”) (1974, p. 135), adotando o autor o ponto de vista de um *senhor de engenho* modernizador que concede aos *moradores* melhores condições de vida e trabalho e os torna *livres* (1974, p. 137), traçando o modelo do que considerava ele mesmo o *bom senhor de engenho*. Esta representação, segundo a qual fora do domínio só resta à vida de vagabundo, de errante, de desocupado, para os *ex-moradores*, tinha uma grande eficácia simbólica: fora do *engenho* não há salvação. A força deste simbolismo estava ligada à quase ausência de alternativas reais à submissão. Uma alternativa concreta de trabalho fora do *engenho*, impensável àquela época, que só se materializou 20 anos mais tarde, foi a aparição de um mercado de trabalho industrial no Centro-Sul, em expansão rápida. Esta alternativa era extremamente custosa, pois implicava viver e trabalhar em um universo social desconhecido situado a 3.000 km de distância. Porém tal aprendizado na prática da geografia do país, ao menos por parte daqueles que escolheram partir e que descrevem retrospectivamente sua decisão como meio de “escapar da sujeição”, passou a ser associada à noção de *liberdade*.

Para aqueles que, como os dois irmãos entrevistados em 1977, são pequenos proprietários residindo na periferia dos *engenhos*, não submetidos ao mesmo sistema de dependência, - e que se definem como *libertos*, os deslocamentos para o Sul do Brasil são representados como um meio para os *moradores* escaparem de condições de vida difíceis e submissão à vontade arbitrária dos *senhores*: Esta representação é tão mais significativa quanto seu formulador teve *ex-moradores*

como companheiros de viagem para São Paulo, pois o que toma a palavra com nome dos dois só pôde evitar o fracionamento do patrimônio fundiário, ou a passagem à condição de *morador*; através da emigração para as grandes cidades do Centro-Sul por duas vezes, e tais viagens lhe permitiram acumular dinheiro para adquirir as terras que cultivava atualmente.

Segundo o entrevistado, as migrações para o Sul, onde os salários eram mais elevados, constituíam algo raro antes do final dos anos 1940, passando a um fenômeno maciço a partir de então³². Tais deslocamentos de população se relacionam com a industrialização do Brasil a partir de 1930, em particular entre 1940 e 1950, e igualmente com o progresso dos meios de transporte, sobretudo desenvolvimento da malha rodoviária destinada ao comércio interno.

Aparece ainda nesta entrevista que as viagens dos trabalhadores eram financiadas por industriais do Sul, que lhes asseguravam emprego ao chegar e que haviam instaurado um verdadeiro sistema de recrutamento iniciado em Areia e Municípios vizinhos desde os anos 1950, pagando recrutadores de mão-de-obra escolhidos dentre os pequenos proprietários que haviam migrado previamente; para que fizessem transportar os efetivos necessários: Esta mão-de-obra e os caminhões que a transportavam ficaram conhecidos por *paus-de-arara*. Os *senhores de engenho*, para se opor à drenagem da mão-de-obra a eles submetida, foram os primeiros a tentar impedir ou denunciar as precárias condições de tais viagens, bem como os mecanismos de endividamento utilizados por estes, em quase tudo semelhantes aos que praticavam nos *engenhos* e *fazendas*, mas que colocavam os trabalhadores sob a dependência dos recrutadores. Nesta época a construção da dependência por dívidas passava a enfrentar a concorrência de empregadores de outras regiões que, para drenar mão-de-obra, utilizavam meios análogos aos que eram usados previamente para imobilizá-la na região.

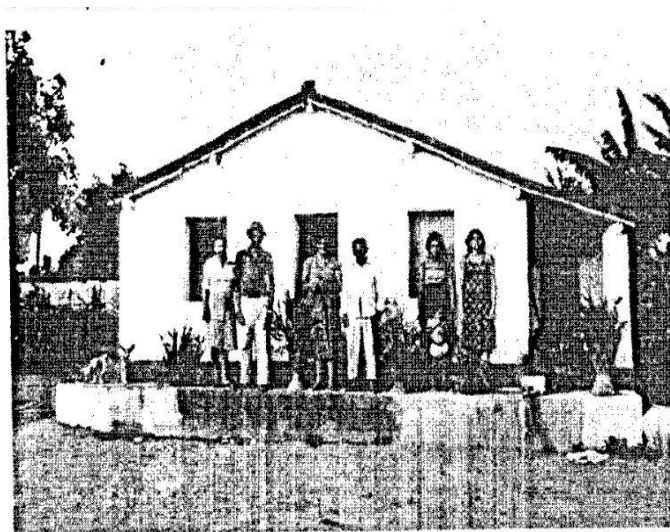
Se o entrevistado, para explicar as partidas para o Sul, lembra primeiro o poder de atração dos salários mais elevados, logo em seguida ele menciona a *sujeição* como causa principal do deslocamento maciço de *moradores* de Areia; embora também relacionada a nível de salário, a questão da sujeição não se reduz ao aspecto salarial. Para os *moradores*, sem ter como se defender frente às arbitrariedades dos *senhores*, privados dos meios de acumular e possuir bens materiais, e despossuído

32 Os dados do recenseamento demográfico mostram que a queda da população no Município de Areia começa entre 1940 e 1950, seguida de um reganho entre 1950 e 1960, e se acentua novamente entre 1960 e 1980. A queda só atinge a população rural que perde 40% de seus efetivos entre 1940-1980, enquanto a população urbana de Areia triplica no mesmo período. Tendências análogas podem ser observadas a nível da microrregião do “Brejo da Paraíba”, segundo a classificação do IBGE, onde se situam os engenhos desde o século XIX. A queda da população ocorre entre 1950 e 1980, a população rural diminuindo 33% entre 1940 e 1980, enquanto a população urbana duplicou no período.

do controle do futuro de suas vidas, a partida em direção a cidades industriais, embora extremamente custosa, material e psicologicamente, podia se constituir em uma alternativa viável³³. A descrição feita da situação criada pela sujeição utiliza a referência ao direito (aqueles que “não têm nenhum direito”), ou seja às vantagens garantidas por leis que podem ser acionadas para buscá-los. O antigo sistema, a dominação tradicional através da morada, é pensado, em negativo, na linguagem de um novo sistema de dominação, ligado a um mercado de trabalho organizado em outras bases e existente em outra região³⁴ (34), que funciona como um pólo de atração capaz de reorganizar o universo das representações mentais e relativizar a dominação tradicional. No discurso do entrevistado opera-se mesmo uma espécie de mudança gradual de significados, tendente a assimilar os deslocamentos para o Sul, fuga diante de situação intolerável, à busca direta e positiva das garantias da lei (“ir procurar seus direitos”), como se o ponto de vista de onde o discurso é emitido tivesse se deslocado completamente do sistema tradicional da morada para a nova organização do trabalho pelo direito.

33 Talvez pudesse ser concebido tal deslocamento de trabalhadores como uma ilustração da distinção estabelecida por Hirschman (1970), a propósito dos comportamentos dos agentes econômicos entre *exit* and *voice*: a impossibilidade da palavra de protesto, acarreta o deslocamento da situação de cliente como uma das respostas possíveis.

34 O trabalhador nordestino nas cidades do Centro-Sul confrontava-se com um mercado de trabalho organizado segundo um outro princípio que em sua região de origem. Leis trabalhistas, como a CLT de 1943, fixavam as obrigações patronais (salário mínimo, jornada de trabalho delimitada, repouso semanal remunerado, férias, indenização no momento da dispensa etc.). Mesmo se os patrões urbanos não respeitavam as leis, como freqüentemente, o próprio fato que a aplicação das leis fosse um objeto de lutas provocava a discussão sobre o exercício dos poderes patronais, a demonstrar que, entre os dominantes, todos não estavam de acordo sobre o exercício legítimo da autoridade.



- Este movimento de ir para o Rio, começou por aqui em que época? (...)

- Começou a viajar para o Rio e São Paulo, começou numa base de 30 anos - e mesmo, começou numa base de 1948 para cá. É muita gente. Antigamente ia uma pessoa, duas, era um dificuldade, mas ia sempre. Saía sempre gente do Nordeste para o Sul.

- E por que o pessoal saía daqui para o Sul?

- Por causa do Nordeste, primeiramente, o salário é pequeno, salário da Paraíba é pequeno. E segundo, que as produções, as agriculturas, não dá para muita gente. As sujeições nestes engenhos, foi embora muita gente desses engenhos (...). Os salários são pequenos daqui da Paraíba e de Pernambuco, aliás, desses estados aqui do Nordeste. No Nordeste todo salário é pequeno. Aí o pessoal do Nordeste acha que o salário do Sul é maior, aí se larga para o Sul. Vão trabalhar no Sul, que o salário é alto. Esse povo que morava nos engenhos, que quem mais vai é esse povo. Que o Sul hoje é mais cheio desse pessoal que morava nos engenhos.

- Ah, quem mais vai é o povo dos engenhos?

- É! O mais que vai é o pessoal desses engenhos, desses brejos de engenho, são os que ,mais vão. Quer dizer, vão de toda parte do Nordeste, mas são os que mais vão são esses povos que viviam sujeito, ganhando pequeno salário, e sem abundância

de nada, não tinha direito nenhum no corrente do ano; senão aquele pequeno salário. Por aborrecimento o patrão jogava pra fora e ele ficava ou ia pra outra propriedade sem direito a nada.

Até mesmo, às vezes, topava que até o que ele possuía ficava aí para outros que viessem morar, e eles não tinham direito a nada. Aí vivia assim. Aí eles começaram a procurar, a ir para o Sul. Depois que começaram a ir para o Sul, que viram os direitos que existiam lá, aí chegaram aqui, aí começaram a procurar os direitos deles. Pois quando um está morando numa propriedade, como eu acabei de lhe dizer sobre aquela outra, que o patrão não quer dar o direito deles, aí eles avoam para o Ministério do Trabalho. Aí o proprietário tem que dar os direitos deles. Mas antigamente eles não davam. Quer dizer, já existia a lei, mas eles não entendiam. Aí, depois que pegou, pegaram a andar de lá para cá, aí começaram a entender que tinham os direitos deles (...). Aí hoje é que o proprietário está no relho com eles, porque se não der o direito deles, perde o deles (...). Aí vivem assim que nem umas formigas, pra lá e pra cá. (...)

- Agora, aqui, por exemplo, os agricultores aqui que tinham terras e moravam no que era deles, também não foram?

- Foram muitos sim. O sujeito tinha uma terra, mas vivia em má situação, então viajava para o Sul. Lá teve muitos que foram, acharam bom e vieram, venderam as terras aqui e foram embora para lá. Outros ficaram ainda indo pra lá e pra cá. Outros arranjaram qualquer recurso aqui, aí ficaram por aqui, compraram novos terrenos. Outros não tinham terreno, foram pra lá trabalhar, arranjaram dinheiro, chegaram aqui e compraram terrenos. Aí depois que compraram terrenos...

- Teve gente que foi pra lá, trabalhou e...

- E arranjou. Comprou terrenos, e aí depois que comprou os terrenos ficou livre da sujeição. Aí foi trabalhar para viver aqui mesmo. (Em 08.03.1977).

(Entrevista de um pequeno proprietário, na casa de seu irmão mais velho, em sua presença, sendo ambos agricultores e negociantes de cereais em feira da região. O entrevistado por duas vezes foi trabalhar no Sul, e assim conseguiu acumular alguns recursos.)

(Na foto, tirada em 1982, aparece apenas o filho adotivo de seu irmão, pois este havia falecido. O sucessor de seu irmão acumulou para o casamento e construção da casa da foto graças ao trabalho como metalúrgico em São Paulo.)



A expressão *procurar seus direitos*³⁵, tão frequentemente utilizada pelos agentes sociais, exprime bem que as vantagens asseguradas em leis não são benefícios líquidos e certos: procura-se o que é vantajoso, mas oculto, ou fora do alcance imediato. Não se procura também a lei, o texto escrito, que pode ser encontrado em bancas de jornais, procura-se os direitos, ou seja, as vantagens materiais que podem ser legitimamente exigidas em virtude da lei. Procurar seus direitos significa também, para o interessado, procurar uma pessoa, indivíduo ou instituição, capaz de ajudá-lo a avaliar as chances de obter do texto legal o maior número de vantagens possíveis e a conhecer os meios necessários a serem acionados, portanto capaz de simultaneamente informar e ajudar a avaliar os custos e benefícios da demanda. Tudo leva a crer que o conhecimento e o controle dos direitos sejam desigualmente distribuídos entre os emigrantes, e dependam das experiências concretas e dos investimentos feitos com este intuito, a “ir procurar seus direitos”. Se a experiência urbana tende a favorecer a aquisição deste controle, é somente na medida em que ela implica a inserção em um mercado de empregos organizado segundo normas explícitas e objetivas de funcionamento, que contribui para transformar as categorias de percepção dos que nele se inserem e que nele adquirem uma nova representação de seus direitos e dos meios para defendê-los.

Por outro lado, o trabalho de adaptação às exigências e instituições do meio urbano permite acumular um conjunto de experiências e conhecimentos sobre as condições de vida e trabalho no universo industrial que favorece uma avaliação mais realista das chances de se instalar definitivamente nestas cidades, e de poder fazer face às novas despesas ligadas à vida urbana (residência e alimentação que tornam-se mercadorias a serem adquiridas, mas, também, os custos ligados à apresentação pessoal, como roupas, calçados, documentos de identificação etc.). Alguns podem se estimar insuficientemente providos para poder se instalar definitivamente nas cidades e preferem retornar para viver no Município de origem; contudo tudo o que adquiriram em meio urbano constitui uma espécie de capital que os coloca em posição mais vantajosa para tentar novos meios de vida. A maior parte dos que retornam se lançam em empreendimentos exigindo um mínimo de investimento, seja transformando-se em recrutadores de mão-de-obra, seja comprando casas ou terras de cultivo, seja se instalando como negociantes nas feiras. Buscam sempre ocupar uma posição social mais alta que antes do deslocamento: o impensável seria voltar para ser *morador*. Os *moradores* que, ao retornarem, conseguem adquirir terras são designados como libertos da sujeição. Mas, para que isto ocorra, não basta que tenham acumulado dinheiro,, é necessário que encontrem grandes proprietários dispostos a se desfazer do

35 A análise da categoria *direitos* associada à ruptura da *morada* foi feita por Lygia Sigaud (1979; 1980), no estudo das representações mentais dos trabalhadores agrícolas das plantações canavieiras de Pernambuco.

patrimônio fundiário; o que ocorre sobretudo no caso de *senhores* em declínio, cujo deslocamento dos *moradores* só contribuiu para acentuá-lo.

As migrações para o mercado de trabalho industrial do Sul não acarretam apenas uma diminuição do número de *moradores*; tornando mais custosas e ineficazes as estratégias de imobilização da força de trabalho. Tornam possível também um vaivém contínuo, sobretudo porque além dos *moradores*, também os pequenos produtores utilizam tal estratégia para acumular dinheiro e adquirir terras. O resultado é uma transformação radical do mercado fundiário desta região, pois entram novos concorrentes como compradores legítimos, aqueles mesmos que no passado só podiam ter acesso a uma casa e a terreno de cultivo mediante a “concessão gratuita”, cuja contrapartida era a dependência.

No entanto, mesmo depois de acabada, a dominação tradicional não desapareceu. Os deslocamentos para o Sul constituíram um fenômeno importante, mas não ilimitado: as condições de vida se deteriorando para os novos contingentes que chegam³⁶, cai a rentabilidade do deslocamento, e conseqüentemente a predisposição para partir. Por outro lado, os imigrantes que adquiriram uma situação estável no Sul; que aí têm residência e emprego, constituem uma rede de apoio para novos candidatos ao deslocamento, o que diminui os custos materiais e *psicológicos* associados à partida³⁷. No global, os deslocamentos para o Sul não tiveram uma amplitude tal que suprimisse as condições para que os *senhores* retivessem uma rede de dependentes a eles submetidos, se bem que tenham contribuído para diminuir a eficácia de suas estratégias.

Organizações camponesas e novo quadro jurídico

Se a possibilidade dos deslocamentos para as cidades industriais do Sul contribuiu para quebrar os “limites sociais” da propriedade - pois sair é *liberar-se da sujeição*, é escapar dela - o aparecimento das organizações camponesas teve um efeito análogo de abertura do horizonte social, mas a partir do interior da propriedade, através da concorrência que introduziu quanto à legitimidade e à concentração dos poderes dos *senhores*. Os direitos e vantagens materiais dos trabalhadores localizavam-se antes no Sul, lugar distante; com as organizações

36 Uma das melhores ilustrações deste fato é a queda constante do poder de compra do salário mínimo. Entre 1940, data do primeiro valor fixado, e 1979 o salário mínimo caiu em 50% de seu poder aquisitivo, enquanto o PIB *per capita* foi multiplicado por 4. Por conseguinte, tais contingentes de trabalhadores industriais ou empregados de comércio ou serviços não se beneficiaram do crescimento econômico que contribuíram a produzir (cf. DIEESE, 1979, p. 8-9).

37 Uma análise mais fina dos deslocamentos deveria ressaltar os diferentes modos de geração das migrações (cf. SAYAD, 1977, p. 55-79).

camponesas, tornam-se acessíveis localmente, assim como a possibilidade de limitar o poder dos *senhores*. Para conceber a violência que o aparecimento destas organizações desencadearam, é preciso entender que elas não significavam apenas uma limitação dos poderes dos grandes proprietários, mas uma mudança das condições de produção da dominação tradicional.

Depois de várias tentativas da parte de grupos e partidos políticos de origem urbana de mobilizar trabalhadores agrícolas inseridos em redes de clientelismo político, as Ligas Camponesas se constituíram por volta de 1955, primeiro em Pernambuco e depois na Paraíba, precisamente na periferia da região açucareira (JULIÃO, 1962, 1970; CAMARGO, 1973). O início das Ligas Camponesas corresponde às primeiras tentativas de utilização sistemática das leis existentes, em particular do Código Civil, para defender, na justiça antigos *moradores* de *engenhos* abandonados por seus proprietários, e para dar, uma existência jurídica à Associação de *moradores*.

A situação particular destes antigos *moradores* tem por origem o deslocamento para as cidades de certos proprietários que tentaram enfrentar a decadência de *seus engenhos* através da reconversão de suas atividades, passando para o comércio ou para cargos administrativos e favorecendo os investimentos escolares de seus filhos. Deixavam os *moradores* cultivarem as terras dos antigos *engenhos* em troca de pagamento em dinheiro. A submissão direta a todo instante deixava de se materializar, o que permitia a estes *moradores* muito particulares exercer o controle das decisões sobre a exploração da terra e sobre a comercialização dos produtos³⁸. A ausência de proteção do *senhor* colocava cada chefe de família diante da responsabilidade de atender às necessidades familiares só através da utilização do trabalho dos membros da família. No momento em que os *senhores* quiseram aumentar as prestações em dinheiro, ou, retornando à propriedade e querendo controlar os trabalhos agrícolas, voltar a apelar ao trabalho não remunerado que se destinava às atividades de manutenção da infra-estrutura da propriedade (o cambão), muitas vezes para reconstituir os canaviais, ou ainda submeter os trabalhadores às suas ordens diretas liquidando as vantagens materiais adquiridas, os trabalhadores puderam apelar para os serviços de Francisco Julião, advogado residente em Recife e Deputado Estadual³⁹. Ele propôs aos *moradores* não apenas que levassem os conflitos para a justiça, mas, também, que se agrupassem em associação todos os que enfrentavam as mesmas dificuldades.

38 Cf. Julião (1970). Para o estudo da composição social das regiões que conheceram os primeiros núcleos das ligas e para o estudo das trajetórias sociais e históricas deste campesinato, ver Beatriz Heredia (1979); Garcia Jr. (1983a).

39 Francisco Julião, à época Deputado Estadual pernambucano pelo PSB, é descendente de uma família de *senhores de engenho* em declínio. O encontro entre Julião e os foreiros do Engenho Galiléia, primeiro núcleo das ligas, teve como mediadores militantes comunistas, cf. Camargo (1973); Azevedo (1982).

No início, a ação das ligas consistia, diante de cada conflito singular, em levar os proprietários aos tribunais e tornar conhecidos dos *moradores* tais meios de ação. O recurso a instâncias judiciais e o formalismo jurídico que se seguia tinham um efeito simbólico preciso: colocavam em mesmo plano a palavra do *morador* e a palavra do *senhor* e materializavam a existência de um poder acima do *senhor*. As surras, ameaças de morte, os atentados contra as casas e os animais dos trabalhadores ou mesmo assassinatos, foram meios habitualmente utilizados pelos *senhores* contra aqueles que apelavam para justiça, e também contra testemunhas, para tentar pôr fim aos processos. Os *senhores* que participavam de tais ações de represália podiam contar com a ajuda de outros *senhores* que não estavam diretamente envolvidos nos conflitos, nem mesmo eram seus parentes, contudo tinham interesse em impedir a condenação de um de seus iguais: a condenação ameaçava o reconhecimento social da vontade do proprietário como único e inquestionável princípio de ordenação do mundo interior dos *engenhos*. Era o próprio capital simbólico⁴⁰, de todo e qualquer *senhor* que se via ameaçado. O fundador e primeiro presidente da Liga Camponesa de Sapé, na Paraíba, foi assassinado por pistoleiros em 1962 a mando, provavelmente, de um *usineiro* do Município vizinho à Areia ⁴¹.

O aparecimento das organizações camponesas provocou efeitos de reestruturação do campo político. Originadas da colaboração entre o PCB e políticos de esquerda, as ligas vão se distanciar posteriormente das associações semelhantes ligadas à ULTAB (União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil), próxima do PC, instaurando uma concorrência no interior das instâncias pretendendo o monopólio da representação legítima do campesinato⁴². Desde o início dos anos 1960, a Igreja Católica interveio por seu turno para tentar impedir que os trabalhadores agrícolas fossem representados apenas por “organizações comunistas”, e criou instituições que favoreciam o surgimento de sindicalismo de trabalhadores agrícolas. Outros homens políticos, desejosos de ampliarem suas próprias clientelas políticas, entraram também nesta competição. Assiste-se, portanto, no período, ao desenvolvimento de uma oferta múltipla e diversificada de instrumentos de representação de camponeses e trabalhadores rurais e instaurou-se um novo

40 Para o conceito de capital simbólico, Bourdieu (1980, cap. 7, p. 191-207).

41 O filme *Cabra Marcado para Morrer*, de Eduardo Coutinho, é mais do que a história deste assassinato interpretado pela viúva e pelos filhos de João Pedro Teixeira. Serve também para compreender as condições sociais e históricas em que pode ou não pode ser descrita a história do surgimento das organizações camponesas, as condições e os efeitos desta luta simbólica específica. Se esse filme apresenta documentos não disponíveis em outros arquivos, apresentando um interesse histórico indubitável, ele força a reflexão sobre as condições de possibilidade de qualquer história, oral, escrita, filmada ou materializada em monumentos.

42 Para a análise do trabalho de representação na construção das classes sociais ver: Bourdieu (1984, p. 5); e também Champagne (1984, p. 19-41).

terreno de concorrência entre as diversas instituições políticas e ideológicas. Esta diversificação da oferta não visou apenas à clientela das associações já existentes, mas, também, os trabalhadores agrícolas não organizados até então. A rapidez da criação de sindicatos e associações camponesas no país inteiro esteve intimamente ligada à intensificação da concorrência entre as diversas tendências políticas e ideológicas, e a competição contribuiu para legitimar as organizações e assegurar sua permanência⁴³. Em Areia, como nos Municípios vizinhos, a criação de sindicato deveu-se à corrente católica.

A expansão das organizações camponesas teve também um impacto sobre os debates parlamentares, em particular com referência aos instrumentos legais e institucionais destinados a gerir as modificações das relações trabalhador-patrão no campo e a dar possibilidades de redistribuição do patrimônio fundiário (CAMARGO, 1979). Em 02 de março de 1963 foi votado o Estatuto do Trabalhador Rural (Lei 4.214), que estendeu aos trabalhadores rurais as vantagens materiais asseguradas aos trabalhadores urbanos - salário mínimo, repouso semanal remunerado, férias, indenização no momento da dispensa etc. - bem como o direito à sindicalização e à proteção previdenciária. Os poderes necessários para proceder uma redistribuição fundiária e fazer uma reforma agrária não foram votados antes do golpe militar de abril de 1964; uma versão mais moderada do projeto apresentado pelo presidente deposto foi votada em novembro de 1964 pelo Parlamento, depois de terem sido cassados os parlamentares mais progressistas. O primeiro governo militar concebia tais poderes como meio importante para acalmar as “tensões sociais” no meio rural, e para promover a “modernização agrícola necessária”. Esta lei (4.504, de 30.11.1964), conhecida por Estatuto da Terra, dá poderes ao Governo Federal para efetuar desapropriações pagáveis em títulos da dívida agrária, fixa normas para as relações de parceria e arrendamento, e estabelece algumas normas quanto aos posseiros.

Este novo quadro jurídico e institucional se aplica à diversidade das situações encontráveis nas relações *morador-senhor* e abre a possibilidade para todos os *moradores* de buscar a aplicação da lei, para modificar seus níveis de vida, para adquirir ou estabilizar vantagens materiais, ou ainda como meio de resposta a um relacionamento desfavorável com um patrão: tornava-se possível ir à justiça para impedir o patrão de expulsar os *moradores* sem indenizações, ou obter compensações monetárias no momento das dispensas. O golpe militar não suprimiu

43 Até 1960 só havia quatro sindicatos municipais em todo o território brasileiro, situados no Estado do Rio de Janeiro, Bahia, São Paulo e Pernambuco. Em 1962 são criados 153 novos sindicatos, número que passa a 475 em fins de 1963. Por esta época existiam sete federações estaduais e foi criada a CONTAG. Em 1964, depois do golpe, o número de sindicatos cai a 144, inferior a 1962, mas sem seguida aumentará novamente atingindo, em 1964, 2.600 sindicatos de base municipal, agrupados em 22 federações estaduais e ligados à CONTAG.

o novo quadro legal e institucional e o sindicalismo não foi liquidado. Os líderes camponeses mais à esquerda foram presos, torturados e alguns assassinados, particularmente aqueles ligados ao PC, às ligas e certas correntes católicas (AP, MEB). Mas todos os sindicatos não foram dissolvidos⁴⁴, e os sindicalistas de origem católica passaram a controlar o conjunto dos sindicatos existentes. Sua ação, após 1964, teve por objetivo principal a aplicação das novas leis. Por conseguinte, a oferta dos direitos através de sindicatos de base municipal se cristalizou de maneira duradoura, reunindo trabalhadores agrícolas sindicalizados e advogados.

Mesmo se as práticas sindicais foram forte e brutalmente limitadas, assim como a ação da Justiça do Trabalho e da Inspeção do Trabalho, a simples existência destes órgãos foi ressentida como uma grave ameaça pelos grandes proprietários. Com efeito estas novas práticas materializaram a coexistência de dois princípios de dominação objetivamente diferentes: um que Max Weber (1971, p. 232) chamou de tradicional, cuja legitimidade se baseia no “caráter sagrado das disposições transmitidas pelo tempo”, que só tem por materialidade as ordens emitidas pelos proprietários e as respostas imediatas a que dão lugar. O outro princípio assenta sobre um conjunto de regras formais, um conjunto de direitos acoplado a instituições destinadas a zelar por sua aplicação e respeito, que Max Weber denominou de “dominação legal com direção administrativa burocrática”.

Mesmo as ordens que são obedecidas imediatamente, sem nenhuma resposta imediata, podem dar lugar a reclamações futuras diante da justiça. É então a resistência à dominação tradicional que tornou-se um elemento de ruptura. Weber (1971, p. 233) precisa claramente que “a resistência tradicional se opõe à pessoa do detentor do poder (...) mas não contra o sistema como tal”. Entretanto, nestas circunstâncias, aquele que tem interesse em responder ao detentor de poder tinha desde então a possibilidade material de apelar à justiça, e assim acelerar as transformações do sistema de dominação.

Se o *morador* não estivesse contente com a troca de dons e contradons com o *senhor*, tinha a possibilidade efetiva de “ir buscar seus direitos”, primeiro através do sindicato, mas, também, através da Justiça ou da Inspeção do Trabalho, e por tanto operar uma verdadeira “tradução” de seu problema na Justiça. Suas queixas, ou sua disposição a responder ao patrão podiam ter como origem comportamentos do *senhor* que não responderam às suas expectativas de *morador*; mas o que podia ser reclamado na Justiça são reparações definidas por normas objetivas previstas em leis, correspondendo às obrigações de todo empregador ou de todo proprietário que cede terras em arrendamento ou parceria. O motivo real das queixas podia ser, por exemplo, a ameaça de ser expulso das terras que ocupava,

44 Para a análise do sindicalismo dos trabalhadores agrícolas no Nordeste depois de 1964, ver Palmeira (1979, p. 41-56).

enquanto a demanda na justiça podia ser o pagamento dos salários passados que foram pagos por um montante inferior ao mínimo legal. Não há correspondência direta e necessária entre os motivos das queixas e as demandas concretas na justiça, da mesma forma que podem englobar retrospectivamente ordens obedecidas sem resposta imediata. Isto permite explicar como atos considerados a seu tempo como legítimos, como níveis salariais inferiores ao mínimo oficial, sejam posteriormente colocados em questão.

O recurso à justiça para-fazer valer os direitos implica toda uma reconversão das práticas habituais e do universo mental dos *moradores*. Assim, tudo o que devem dizer ou não diante dos tribunais depende do *status* legal que “escolhem” assumir, e que varia segundo cada caso preciso, seja como assalariado, parceiro, arrendatário ou posseiro, o que implica em todo um trabalho preparatório, no seio mesmo das organizações camponesas, para que as estratégias de apresentação de si mesmas sejam eficazes.

A economia da dominação pela *morada* foi afetada, pois o que constituía seu próprio fundamento, o dom ou o favor do *senhor* que acarretava o contradom do *morador*, destinado a saldar a dívida, ficou definido como uma simples contrapartida numa relação contratual, quer se tratasse da casa, do lote de subsistência, da lenha e da água etc. As retribuições monetárias foram fixadas em níveis mais elevados que os precedentes, ao mesmo tempo que são impostas obrigações até então desconhecidas como o repouso semanal remunerado, as férias, o décimo terceiro mês de salário, as horas suplementares, o trabalho noturno, a indenização quando da dispensa. Com a aparição deste sistema de equivalência monetária é sempre o *senhor* que fica devedor de seus *moradores*, se for levado à justiça, e geralmente por montantes de dinheiro apreciáveis. Portanto as estratégias tradicionais dos *senhores* que instauravam dívidas da parte dos *moradores*, e assim construíram uma relação de dependência pessoal, tornaram-se uma ameaça para si próprios, se confrontadas a um sistema de equivalência que os torna devedores dos *moradores* e os faz correr o risco de serem condenados pela justiça. A partir desta época é a própria recusa de mudar de atitudes que faz crescer a dívida dos *senhores*: ela cresce na exata medida em que os pagamentos não são efetuados segundo as normas legais. Como muitos são proprietários em declínio, que não dispõem de dinheiro líquido para quitar a dívida fixada pelo juiz, são obrigados a renunciar à integridade de seus patrimônios em terras e conceder, em pagamento, uma parte ao *morador*. A busca dos direitos pode ter o mesmo efeito que os deslocamentos para o Sul: quem o faz pode passar de *sujeito a liberto*.

As estratégias tradicionais dos *senhores* não somente perdem em eficácia, elas se voltam contra eles, pois a passagem de um sistema onde o poder econômico e social baseava-se nos usos do patrimônio fundiário para outro baseado em trocas monetárias é tão mais difícil e custoso quanto eles tinham acumulado

um patrimônio grande de terras e nelas faziam trabalhar um grande número de *moradores*. As estratégias tendem então a se modificar: não somente não aceitam mais novos *moradores*, mesmo se tratando de filhos de *moradores* que chegam à idade do casamento, como, também, tentam se desfazer dos que residem ainda na propriedade. Todavia os *senhores* não se tornam trabalhadores agrícolas: os que deixaram as propriedades para residir em outros cantos voltam a trabalhar nas propriedades, mas apenas como assalariados, parceiros ou arrendatários.

O discurso de um pequeno comerciante em feiras locais, que já foi *morador* em fazenda do agreste, enfatiza esta mudança das disposições mentais dos grandes proprietários, relacionando-as diretamente à aparição das leis e do sindicalismo camponês, à sua prática, e aos novos temas que impõe. Observa-se mesmo a categoria *sujeito* utilizada ao inverso de sua referência habitual, para marcar bem a ameaça sentida pelos grandes proprietários de uma dependência em relação aos *moradores*:

"Eu era morador, morava com ele e arrendava a ele. Nesse tempo lá era fácil, eu criava muito gado. Criava gado, muito miunça, o Velho Teixeira era muito bom para mim, gostava muito de mim, e eu gostava dele porque era um velho bom (...). Lá, criação era mato, as pampas. Eu tinha a criação, o gado, trabalhava na agricultura e comerciava. Era bom, mas agora depois que veio aquela época de... que tinha para os moradores, os proprietários pagavam os moradores uma quantia para morar na terra pela uma lei, pelo negócio de sindicato, era por esse negócio de reforma agrária, uma coisa assim, uma inquisição que houve para os proprietários e eles não quiseram mais, gente morando com eles. O caso foi esse. Aquele pessoal evacuou tudinho para as pontas de rua e eles não quiseram mais, porque eles não queriam por causa desse negócio de sindicato, eles não iam ficar sujeitos pelos moradores, exclusivamente para ficar pagando aqueles direitos todinhos ao Governo daquele morador. Foi o caso que esse povo rico, com propriedade, não querer mais morador. Foi isso!" (Em 16.03.1977).

Por conseguinte a imobilização dos trabalhadores no domínio não é mais o princípio unificador das estratégias dos *senhores*. Esta mudança da prática dos *senhores* vai acelerar a mudança das práticas e disposições mentais de todos os outros agentes sociais. Para todos trata-se de operar uma verdadeira reconversão de suas posições sociais⁴⁵ e de se inserirem em um espaço social transformado, caracterizado pela operação de diferentes mercados interdependentes: um mercado de trabalho⁴⁶,

45 Sobre o conceito de reconversão da posição social, ver Bourdieu (1979, p. 184-185).

46 Para uma análise das condições sociais de funcionamento do que é designado por mercado de trabalho e sua relação com a dinâmica das relações sociais, ver Combessie (1982; p. 73-85).

construído no campo segundo os mesmos princípios que o mercado de trabalho industrial; um mercado de terras agrícolas, acoplado a um mercado de terrenos para construção de moradias; um mercado de produtos, tanto alimentos, como materiais de construção, raízes e ervas com virtudes terapêuticas, roupas, calçados, combustíveis etc. Tudo que podia ser objeto de trabalho pessoal torna-se mercadoria que só pode ser adquirida mediante dinheiro. Além disso, tudo que estava organizado no interior da propriedade, práticas religiosas na capela, ensino escolar, controle ético dos atos quotidianos, uso da violência física, festas e práticas esportivas, reuniões dos homens no barracão para tomar uma lapada, ou das mulheres ao lavarem a roupa, vão agora escapar do olhar direto da *casa-grande*. O clientelismo político, para se manter, tem que ser reconstruído em novas bases. Todos os bens e serviços ofertados supõem agora um espaço de concorrência⁴⁷. É todo o espaço social que se transforma, de uma maneira tal que a simples passagem de “trabalhador residente” a “trabalhador não residente” não levaria a suspeitar.

Estratégias de reconversão e estratégias classificatórias: libertos e sujeitos

Depois do aparecimento do sindicalismo e de um novo quadro legal e institucional, os grandes proprietários tiveram sobretudo tendência a “desconstruir” a relação de *morada*, e não a “reconstruí-la”, ou ao menos a se desfazer de todos os aspectos da *morada* que comportassem riscos de uma indenização posterior dos trabalhadores, e por conseguinte podendo pôr em risco a integralidade do patrimônio fundiário que detinham. Começaram a se “liberar” de seus *moradores*, ou a abandonar certas estratégias de que faziam uso no passado. Esta mudança de estratégia e das práticas correspondentes teve efeitos importantes até mesmo sobre o comportamento dos *moradores* que jamais haviam pensado deixar a propriedade e cujas práticas tradicionais, como a busca de vantagens em troca da submissão, não vão mais de encontro às expectativas dos *senhores* e perdem sua eficácia. Para os pequenos proprietários vizinhos houve a perda da possibilidade de utilizar a *morada* como meio de continuar a ter acesso à terra, quando o patrimônio estava ameaçado de fracionamento através da partilha entre numerosos herdeiros. Para os ocupantes das posições sociais dominadas e das posições sociais dominantes, a reconversão tornou-se uma necessidade.

Procurar-se-á analisar aqui que usos indivíduos em processo de reconversão, fazem das categorias classificatórias disponíveis, sobretudo a oposição *libertos e sujeitos*, para designar os deslocamentos percorridos no espaço social e para marcar a posição

⁴⁷ Sobre a questão das condições de possibilidade de um campo religioso relativamente autônomo, e sobre a relação entre o campo religioso e o campo do poder simbólico, ver Saint-Martin (1984, p. 110).

ocupada em relação a outras posições sociais. A palavra *liberto* pode ser utilizada como meio de aproximação ou de distinção de posições sociais vizinhas, segundo o tipo de estratégia de reconversão adotado, ela mesma variando em função da trajetória social e da posição no interior desta trajetória.

A residência e a autonomia dos trabalhadores

A oposição entre *libertos* e *sujeitos* tem por referência, primeiramente, o espaço físico onde se situa a residência; entre os que são designados por *libertos*, pois moram em casas próprias ou alugadas fora das propriedades, e aqueles designados por *sujeitos*, por ocuparem “gratuitamente” uma casa situada no interior das propriedades. Se o espaço onde se situam as moradias intervém na fixação de posições sociais diferentes, é que as práticas possíveis para famílias residindo fora dos domínios são difíceis, ou impossíveis, para as demais.

A segurança material que o proprietário proporciona a quem vive sob seu domínio tem por contrapartida o imperativo da disponibilidade frente às demandas do proprietário, o que acarreta o fechamento das possibilidades da maior parte de outras práticas. Por exemplo, negociar, mesmo nas feiras, supõe um certo controle de seu próprio tempo; partir para o Sul é mais difícil pois, a menos que seja celibatário, é necessário ter meios para alojar a família fora da propriedade durante seu deslocamento, para não expô-la a represálias eventuais da parte do *senhor*. Todas estas possibilidades existem para aqueles que vivem em terras próprias, e mesmo se vêem forçados a utilizá-las para fazer face às necessidades econômicas, pois só contam com seus próprios esforços e a ajuda do grupo familiar.



Fotos das "Ruas" de Areia onde residem os trabalhadores assalariados na cana
- normalmente ex-moradores. (setembro de 1987)

A entrevista de um pequeno negociante em feiras, já tendo sido *morador* até 1958, excluído de atividades comerciais até 1946, explicita a distinção entre *morador* e *rendeiro* cultivando ambos terras de uma mesma propriedade:

“P - Qual é a diferença entre morador e rendeiro?”

I - Ah, é muita! Porque o morador é o seguinte: é exclusivamente da propriedade, efetivo, morando na terra, conseguindo daquela terra tudo. E o rendeiro, tem muita diferença, porque mora fora e trabalha naquele lugar. Todo dia vai naquele serviço trabalhar lá. E o morador não, é exclusivamente lá, dele com tudo ali morando, com direito a água, com direito a tudo, exclusivamente. E o rendeiro é de tempos em tempos. Vai lá, faz aquele serviço, vai se embora. (...) O proprietário não tem responsabilidade por aquela pessoa que arrenda a terra solta, que dá de meia, compreende, que o rendeiro é um, e o trabalho de meia é outro, [mas] são soltos (...). Não tem o direito que o morador tem.” (Em 16.03.1977).

A economia das trocas entre estes dois agentes sociais e o proprietário de terras é distinta: o rendeiro, inserido numa economia monetária, arrenda um campo durante um período dado; ele decide o momento e o ritmo de seu trabalho, mas deve comprar tudo o que ele mesmo não produz ou não está disponível onde habita. O morador está inserido em uma economia de dons e contradons: se ele “encontra tudo” no domínio, ele “deve tudo” a seu patrão. Enquanto para o rendeiro o interesse pelo cultivo de tal tipo de produto está ligado à expectativa dos resultados do ciclo agrícola confrontados ao preço do arrendamento, para o morador o interesse por culturas só depende do estado de suas relações com o senhor, que pode ser mais ou menos próprio a incitá-lo a investir em sua atividade.

A posse de uma casa no exterior da grande propriedade tornou-se uma condição praticamente indispensável às diversas práticas de reconversão, seja como agricultor, como negociante ou operário no Sul. A distinção não se dá entre os que residem na cidade e os que residem no campo, mas entre os que residem no exterior do domínio (na cidade como no campo), designados como *libertos*, e os que residem no interior do domínio, designados como *sujeitos*. A disposição dos *moradores* a deixar a propriedade e a buscar outros meios de existência é tanto mais forte quanto as vantagens oferecidas pelo *senhor* são mais fracas.

A frequência destas passagens à condição de *liberto* traduz-se no crescimento das ruas da periferia das cidades da região e também dos povoados. É toda a morfologia do espaço social que se modifica. As cidades crescem rapidamente entre 1950 e 1980, enquanto o campo perde em população, se bem que se criam novos povoados e crescem os já existentes. Esta passagem da situação de

moradores a não-moradores não corresponde a um processo coletivo, mesmo atingindo um grande número de indivíduos simultaneamente, e tendo assim um caráter maciço. Não é a “comunidade de *moradores*”, enquanto tal, que se afasta coletivamente da dominação da *casa-grande*, é cada um dos *moradores* que, individualmente, faz a passagem à condição de *liberto*. A passagem a *liberto* é comumente o problema de um indivíduo ou de uma família que deve acumular os meios de comprar terrenos onde vão construir suas casas.

O custo desta passagem é duplo: de um lado há a compra de terreno que, para o *morador* desprovido de meios de acumulação ou financiamento, representa uma quantia considerável. De outro lado há novas despesas ocasionadas pelo abandono das vantagens *in natura* coextensivas da situação de *morador* (possibilidade de culturas de subsistência, criação de animais domésticos, acesso à água e lenha), e a necessidade de encontrar uma solução para pagar o arrendamento em dinheiro ou em produto (parceria), ou ainda para pagar água e combustível. O custo elevado desta opção, sobretudo por exigir dinheiro líquido, constitui um freio objetivo a esta passagem individual: cada *morador* deve avaliar seu interesse em fazê-la segundo o balanço de suas trocas pessoais com o *senhor* e escolher a saída no momento em que a situação lhe pareça mais favorável (por exemplo, quando o *senhor* não cumpriu suas obrigações legais). Inversamente o *senhor* tem interesse em que o *morador* saia de tal forma que nada possa reivindicar posteriormente. Tudo se passa, neste momento de transição, como se as duas partes se observassem, tentando aproveitar os momentos de maior vulnerabilidade do outro, o *senhor* para obrigar a sair, o *morador* para sair com condições de operar sua reconversão.

O caráter maciço das saídas e o fluxo de novos pretendentes a compradores no mercado fundiário fazem crescer o custo monetário de cada pedaço de terreno, de tal forma que a evolução rápida dos preços da terra constitui⁴⁸ progressivamente um dos freios mais poderosos às saídas dos *moradores*. Também para os não *moradores* a alta dos preços da terra é causa de grandes dificuldades: o acesso a novas terras torna-se mais difícil e tende a frear a acumulação dos mais prósperos entre os agricultores e a acelerar o declínio dos demais. Todos devem, para manter ou elevar o nível de consumo, fornecer um trabalho mais intensivo ou extrair um maior volume de trabalho da própria família.

48 Os arrendamentos e os preços da terra aumentaram mais rápido do que o salário dos trabalhadores permanentes e diaristas que o Índice Geral de Preços e que o preço dos produtos agrícolas. Tendo por base 100 o ano de 1975, os arrendamentos atingiram o índice 4.746 em 1982, os preços da terra 3.601, enquanto o índice geral de preços atingia 3.372, e o salário dos diaristas 2.774. Para os dados completos da série, cf. Garcia Jr. (1983b, p. 230).

A desorganização e a agravamento das condições de existência que se seguem às transformações do espaço rural são motivos de constante preocupação e se exprimem na linguagem dos que as vivem sob a forma de uma associação paradoxal entre os termos de *liberto* e o de *pobre* (*pobre* é quem está desprovido dos meios materiais e que reconhece simbolicamente este estado, que limita ou exclui a participação em atividades sociais, culturais e políticas). Antes era a dependência que limitava ou excluía a participação dos trabalhadores. Passando à condição de *liberto*, são as condições impostas pelas necessidades materiais que estão na origem de situação durável de penúria. *Pobre* antes e *pobre* depois, esta reconversão da posição social não assegura imediatamente as chances para que os meios materiais sejam acumulados e se modifique o tipo de participação nas diferentes atividades sociais, culturais e políticas.

As práticas sindicais e a autonomização dos moradores

As transformações morfológicas não se limitam aos deslocamentos individuais dos *moradores* e suas famílias, passando a *libertos*. Enquanto os *senhores* conservam o controle social da propriedade, mesmo numa trajetória social de declínio, esta passagem só pode ser feita a título individual. Em oposição a estas trajetórias individuais, existem configurações nas quais os deslocamentos dos *senhores* para as cidades, forçados pela concorrência a reverter suas posições, transformam coletivamente a condição dos *moradores* que ficaram na propriedade, inserindo-se numa trajetória coletiva diferente dos outros *moradores*. Se o engenho queda de “fogo morto”, se “as vozes da *casa-grande* se calam”, se o pai protetor se vai, os que ficam estão condenados a se virarem por si próprios, a improvisar o equivalente de um povoado e a substituir a vacância do exercício dos poderes no domínio por um conjunto de reconstruções objetivas, de arranjos práticos correspondentes a formas fragmentadas destes poderes.

Em relação aos *ex-moradores* que passaram a *libertos*, se perdem, como os outros, as vantagens materiais que lhes assegura a proteção constante do *senhor* (*reparo* da casa, assistência em caso de doença, nascimento ou morte etc.), por outro lado conquistam um certo número de situações privilegiadas no plano agrícola, como a possibilidade de aumentar as áreas plantadas com culturas alimentares, de escolher os tipos de produtos a cultivar, e de comercializar livremente sua produção. Além disso, as terras a que passam a ter acesso são as que outrora se destinavam à cana ou ao sisal, as mais férteis da propriedade. Finalmente adquiriram o controle do tempo de suas vidas, podendo tentar, como alguns *libertos*, combinar o negócio e as atividades agrícolas. Portanto, neste caso particular, o fim da *sujeição* não vem acompanhado de perdas de vantagens materiais, mas está associado a ganhos. Apenas é necessário um esforço maior que no passado, não só para aumentar a produção, como para gerir a nova situação. A diferença dos demais *não-moradores*, não têm que investir em terras, o que absorveria as reservas monetárias, e podem

concentrar o próprio trabalho e o de sua família na acumulação de bens, produtos de consumo assim como novos equipamentos.

Entretanto, esta economia familiar em expansão não tem nenhum título que a legitime e assegure⁴⁹: a qualquer momento o *senhor* pode voltar ao *engenho*, ou seus herdeiros podem retornar à propriedade para reassumirem o controle, ou ainda vendê-la a alguém que queira reimplantar a *sujeição*. É neste contexto, como vimos, que surgiram as Ligas Camponesas.



Antigos moradores diante das ruínas de sua casa, no engenho abandonado.

“Caçar seus direitos”

Entrevistado uma primeira vez em 1977, o informante, que na época não era sindicalizado, nos tinha descrito o engenho como uma propriedade abandonada por um proprietário rico, que vivia na capital se ocupando de outros negócios. Em 1982, data da segunda entrevista, de onde extraímos o trecho abaixo, as

49 A evolução estatística dos *ocupantes*, segundo a classificação do IBGE, mostra claramente uma aceleração do crescimento destas explorações entre 1960-1980. Segundo os dados do Censo Agrícola, estas explorações não existiam em 1920, eram negligenciáveis em 1940, constituindo, em 1960, 1% dos estabelecimentos, controlando 0,5% das terras; passaram a representar, em 1980, 20% das explorações da Paraíba, controlando 6% da terra. Para dados mais completos, sobretudo Areia, cf. Garcia Jr. (1983b, p. 349-350).

terras por ele ocupadas estavam cercadas de arame farpado: no intervalo ele se sindicalizou e estava se preparando para se defender na justiça frente a uma eventual tentativa de expulsão das terras que ele ocupava com a família. Em 1977, tinha atividades de negócio e uma manufatura de tijolos, sua mulher e suas filhas cultivavam uma horta e iam vender seus produtos na feira de Areia e Remígio. Suas filhas frequentavam a escola secundária, com escolaridade bem acima da média. Possuíam muitos animais de criação e haviam comprado um carro, em 1982, construído uma garagem e aumentado a casa. Essa acumulação estando ameaçada por risco de expropriação, o *morador* foi ao sindicato de Areia em 1980 para “caçar seus direitos”. E por isso que ele situa neste momento o surgimento dos “direitos”; mas, também, porque a ação sindical havia se tornado mais agressiva, depois do 3º Congresso da CONTAG; em 1979, e da primeira greve dos trabalhadores rurais desde 1964 na região açucareira vizinha de Pernambuco.

(Quem fala primeiro é o informante)

”- Lá em baixo, fizeram uma nova rua, a rua do Bode. Já ouviu falar da rua do Bode?

- Não.

- O nome oficial é São José, mas o povo fala da rua do Bode. Fizeram uma rua lá embaixo, mas não tem água, não tem luz, não tem nada. Fizeram isso em dois minutos. Acontece que o povo foi ficando mais sabido, as leis foram modificadas, e o povo todo botando gente na Junta, caçando os direito, né ? A senhora já ouviu da Junta, não ouviu?

- Já, já ouvi.

- A Junta é que nem o Ministério do Trabalho quando a gente quer seus direitos.

- Os direitos, quais são os direitos?

- Os direitos de uma pessoa, que tá com roçado, ninguém pode tomar, não é? Porque eles tomavam o roçado. Enquanto a gente servia os donos da terra, de dia e de noite, tava tudo bem. Na hora que tivesse 99 e faltasse 1 para inteirar 100, tava tudo perdido: ele jogava para fora, arrancava o roçado, fazia o que queria.

- Antigamente não tinha direito não?

- Não tinha direito não, senhora.

- *Quando começaram os direitos?*
- *Os direitos começaram de 10 anos para cá, os direitos começaram mesmo de dois anos para cá.*
- *Dois anos para cá?*
- *Os direitos mais pesados, de dois anos para cá.*
- *Por quê?*
- *Por quê? Por causa das leis do sindicato, que a pessoa fica pagando, não é? Paga o sindicato, paga os seus direitos, paga essas coisas. Justamente ninguém mais pode... Um proprietário que tem um morador não pode mais botar ele para fora. Existem muitas terras onde têm moradores de 10, 20, 30, 40 anos que eles moram num canto. Sairão daquele canto se quiser. Mas tem que pagar seus direitos. Não viu pelo jornal que o presidente Figueiredo assinou que uma pessoa que fizesse um bem para uma propriedade, uma casa, qualquer coisa, tinha o direito de ir no cartório e de fazer escritura do terreno.*
- *Mas isso é para terra devoluta, não é para qualquer terra.*
- *É, é. Se uma pessoa... Se eu cheguei aqui, fiz essa cerca, fiz essa garagem para botar o carro, eu faço o piso dessa casa, tudo por minha conta. Sem o dono despender nada. Vou fazer um alpendre, vou fazer... Quando eu cheguei essa casa era ali, e isso aqui foram dois cômodos que eu fiz aqui primeiramente - quando a pessoa plantava não tinha esse direito. Agora mesmo, quando eu cheguei aqui, não tinha este piso. Fui eu que fiz. Fiz esses dois cômodos aí, da linha para trás. Não tinha aquele alpendre, fui eu que fiz. Fiz aqueles três cômodos, ali, aquele banheiro. Plantei essas bananeiras, plantei isso aqui tudo de capim. E me diga uma coisa, mais para trás se eu fizesse isso, e se houvesse um desgosto, se eu fosse botar na justiça, eles me processavam, dava até cadeia. Agora não é mais assim, tem que indenizar tudo direito. A pessoa com um bocado de anos num canto, não pode mais sair. Não tem mais o direito de sair. Só se for ladrão. Tem de indenizar no tempo que mora. A senhora tem mais entendimento disso aí que eu. Agora lá no Sul todo mundo tem seus direitos. Aqui eu pago sindicato.*
- *O senhor é do Sindicato?*
- *Eu pago o sindicato e o INPS. Aí é mais difícil de perder. E de primeiro viu, se falasse ia apanhar e ia para cadeia. Aqui, o povo daqui, já faz mais*

de meio século que está aqui, sairá daqui se quiser. Mas se não quiser, não pode botar para fora. Com muito menos aí, no Município de Alagoa Nova (20 km de Areia, ainda no Brejo) tem uma propriedade chamada Geraldo. Tem uns lá moradores apossados há mais de 40 anos. E agora eles vão até doar. Eles quiseram até botar para fora. Os herdeiros foram falando, quiseram botar para fora, mas não puderam mais, agora vão terminar sendo posseiros. Cada um vai ficando no seu canto e continua a ficar apossado. Ou então o homem indeniza, compra. O nosso direito é esse, aqui. Em muitos cantos o governo já não deu, já assinou, como nas terras de Alagamar, perto de João Pessoa. O presidente assinou o decreto de desapropriação dessas terras. Eu vi na televisão, vi muito no jornal, tenho visto muito, essas coisas que ninguém sofre mais. Essas mangueiras aqui, foi meu pai que plantou. Essas jaqueiras, esses abacateiros, tudo isso foi a gente que plantou. Aí o dono ia ter que pagar muito caro para indenizar isto.” (Em 22.02.1982).

Nos anos 1970, os meios legais para defesa dos trabalhadores são muito maiores do que nos anos 1950, embora haja práticas repressivas do regime militar limitando a atividade sindical. Se as leis são aplicadas, o valor da indenização a ser paga pelo proprietário frequentemente supera o valor monetário das terras que recuperaria com a saída do morador. A questão posta na justiça através do sindicato torna-se um meio de impedir que o trabalhador seja expulso da terra que explora. Uma vez na justiça, o conflito trabalhador-proprietário pode se agravar, como se observa frequentemente, e é de novo através dos sindicatos que pressões são feitas sobre o Governo Federal para que proceda à desapropriação daquelas terras e as atribua definitivamente aos *ex-moradores*.

A análise da trajetória e das representações de um antigo *morador*, que hoje se define como *posseiro*, ilustra bem as transformações da identidade social e da relação com seu próprio futuro, que são correlativas das modificações das condições de existência pelo pertencimento à categoria *posseiros*. Ele cultivava, em um antigo *engenho*, terras de que não é proprietário, mas passou a controlá-las desde que o *senhor* deslocou-se para a capital do Estado, fato ocorrido antes de 1977. A intensificação dos cultivos de sua família e a possibilidade de negociar permitiu que melhorassem de padrão de vida e acumulassem um certo número de bens e equipamentos. Mesmo se não podia ser expulso da casa que ocupa e dos campos que cultivava sem indenização, corria o risco de expulsão no caso de retorno do proprietário legal. Entre 1977, data da primeira entrevista, e 1982, data da segunda, constata-se uma completa transformação de sua percepção do mundo social, de sua relação com seu futuro e de seu vocabulário: opondo-se e distinguindo-se dos que vivem em condições muito precárias na periferia de Areia,

sem saber fazer respeitar seus direitos, exclui agora totalmente a possibilidade de expulsão das terras que cultivava, mas associa sua eventual passagem à condição de proprietário a uma ação governamental que efetue uma reforma agrária que beneficie trabalhadores rurais. Comparando possibilidades inscritas no presente e a situação fechada característica do passado, ele insiste na ruptura que se produziu entre os dois mundos. Faz também, através da confrontação do passado e do presente, e através da comparação de seu próprio discurso em 1977 e suas palavras atuais, uma verdadeira reconstrução das condições de possibilidade de seu discurso atual.

Vimos que a violência física que se exerce, desde seu surgimento, contra as organizações camponesas é muitas vezes usada coletivamente pelos *senhores* para tentar impedir o recurso à justiça e à atividade sindical, temendo não manter a integridade de seus patrimônios, ou por terem que pagar fortes indenizações, ou por terem que ceder uma parte das terras em pagamento. Em 1983, no Município de Alagoa Grande, que fazia parte do território de Areia no século XIX, o sindicato havia começado uma campanha pela aplicação dos direitos trabalhistas, exigindo o pagamento do salário mínimo, a assinatura na carteira de trabalho etc. Em 12 de agosto de 1983, a presidente do sindicato, Margarida Maria Alves, foi assassinada à porta de sua casa em Alagoa Grande, por um pistoleiro que fugiu. A suspeita mais uma vez é a de que o mandante do crime seja o mesmo *usineiro* que organizou o assassinato de João Pedro Teixeira em 1962, líder da primeira Liga Camponesa. Contudo, um ano após, em setembro de 1984, ocorria a primeira greve de todos os assalariados da região açucareira da Paraíba, e teve por resultado um contrato coletivo de trabalho semelhante ao de Pernambuco. O cumprimento do disposto no contrato coletivo, entretanto, continua a ser amplamente burlado pelos empregadores da região.

A transição de *sujeito* a *liberto*, a liquidação da relação de dependência personalizada, pode tomar vários caminhos diferentes, que variam em função do estado e das formas das lutas entre os diferentes grupos sociais em presença e da posição de cada agente diante destas lutas, posição que varia segundo os recursos de que cada um dispõe.

A diferenciação entre os trabalhadores libertos

Se os que eram designados como *moradores* constituíam uma população heterogênea e diferenciada, os *não-moradores* também constituem um conjunto heterogêneo e diferenciado, entre os quais há um uso diferencial da classificação de *libertos e sujeitos*. A maior parte reivindica o título de agricultor, categoria que pode ser aplicada englobando os grandes proprietários. Mas, diferentemente destes últimos, os agricultores se caracterizam por um uso de larga escala do trabalho

familiar e pelo lugar que ocupam as culturas alimentares em suas atividades. Diferenciam-se entre eles segundo as práticas a que recorrem para assegurar a subsistência: os agricultores e os agricultores fracos. Os primeiros exercem além das atividades agrícolas, atividades comerciais nas feiras da região, e, através de uma combinação muito particular entre agricultura e negócio, chegam a obter recursos financeiros para financiar o consumo familiar ao longo do ano e ampliar suas áreas de cultivo utilizando trabalho de diaristas (ou alugados). Os segundos, cultivando áreas menores, só podem assegurar o consumo doméstico ao longo de todo o ano ou completar a feira semanal trabalhando a outros agricultores ou grandes proprietários, mediante pagamento em dinheiro (trabalho alugado).

Estas diferenças que se manifestam também a nível do consumo, três vezes superior nos primeiros do que nos segundos, tendem a se reforçar ao longo do tempo: trata-se de um verdadeiro processo de diferenciação social no qual os agricultores, através do uso do trabalho dos fracos, tentam fazer crescer sua capacidade produtiva, acumulação que só é freada pela alta constante dos preços da terra. No outro pólo, os agricultores fracos se vêm a cada dia mais ameaçados de pauperização por causa da raridade das terras para arrendar, e a alta dos preços da terra e dos arrendamentos; a concorrência recente produzida pela entrada de antigos *moradores* no mercado fundiário limita as possibilidades de cultivar áreas que proporcionem o suficiente ao consumo familiar e os obriga uma oferta crescente de trabalho alugado.

A oposição entre *libertos* e *sujeitos* é acionada para pensar a diferenciação de posições sociais: é o caráter independente ou subordinado à vontade de outrem que está no cerne desta oposição. Os agricultores que não têm necessidade de vender a força de trabalho se percebem como *libertos* por oposição àqueles que designam como *sujeitos*, os que devem trabalhar, mesmo que temporariamente, para outros. O trecho da entrevista, realizada em 1976, com um agricultor que cultivava dois hectares como *rendeiro*, e também exercia o *negócio*, tanto em feiras como em bodega que possuía, ilustra bem o funcionamento destas categorias classificatórias para os *agricultores*. A referência à atividade comercial é capital para a definição de sua identidade social, na medida em que estes rendimentos permitem que não tenha que “cair” em atividades assalariadas. Para insistir sobre o que, a seus olhos, constitui todo o valor da condição de *liberto*, ou seja, a ausência de patrão e a autonomia no trabalho⁵⁰, ele chega a assimilar a condição de assalariado, operário ou empregado, nas grandes cidades do Sul do Brasil àquela dos *alugados* locais. Esta última condição representa para ele a pior forma de declínio social, designada tanto mais em termos negativos quanto sua posição

50 Esta situação é tão desejada que parece disposto a pagar não importa que preço, como analisa Max Weber (1986, p. 67) que, a respeito de tal situação fala de “encantamento potente e puramente psicológico da liberdade”.

no espaço social é vizinha destes pequenos agricultores, e portanto o obriga a empregar estratégias para marcar sua não assimilação é se distinguir destes últimos:

(No trecho abaixo é o entrevistado que se dirige aos pesquisadores, que o foram encontrar no *roçado* enquanto trabalhava.)

“- Quando vocês chegaram, os garotos estavam em casa ou estavam na bodega?”

- Estavam em casa.

- Eles não querem ficar lá! Mas eu já estou velho e esta bodega não é para mim, é para os garotos. O que eles tirarem ali vai para eles mesmos. Na idade deles eu já fazia negócio. Eu mesmo me vestia, comprava minhas roupas, calçados, tudo era eu. (...) Nunca dependi de meu pai. Agora vou ensinando, botando os filhos na bodega, como é que se faz para agradar o freguês. Depois eu posso botar mais produtos para eles fazerem a vida deles. Mas trabalhar mesmo nisto aqui [o roçado] não! O roçado é muito duro, é só um auxílio para o negócio. De todo jeito, para os meninos, o melhor é serem empregados no que é deles mesmos. Eu mesmo nunca trabalhei nem alugado, nem empregado. É tudo sujeito. No Sul mesmo, a pessoa pode estar doente, pode querer fazer uma coisa ou outra, mas tem que se apresentar no trabalho todo dia. Eu mesmo sempre fui liberto, nunca fui empregado.” (Em 24.08.1976).

A reconversão dos senhores e a sujeição

Se a oposição entre *libertos* e *sujeitos* é utilizada pela maior parte dos trabalhadores como um instrumento para marcar simbolicamente sua nova posição social, e para consolidar suas estratégias de reconversão e suas lutas no interior do espaço social em transformação, seu uso não está limitado apenas aos trabalhadores, mas pode ser constatado entre os grandes proprietários. Afetados também pela transformação do espaço social, os proprietários não hesitam em utilizá-la para qualificar positiva ou negativamente suas próprias estratégias de reconversão. As probabilidades da passagem de *senhor de engenho* a *usineiro* não são iguais para todos os *senhores*: a passagem de um *senhor* mais rico, que consegue obter o apoio de instituições públicas, à condição de *usineiro*, acarreta a impossibilidade para seus demais vizinhos de seguir o mesmo caminho, e os obriga a lhe fornecerem a cana que produzem. A acumulação de um *senhor* só é possível mediante a subordinação em maior ou menor escala de todos os *senhores* da vizinhança. Por

isto, esta reordenação dos poderes constitui um motivo de uma luta duradoura, simultaneamente política, econômica e simbólica.

Em 1976, um *senhor de engenho* de Pilões, Município vizinho de Areia, que produzia rapadura e aguardente, nos mostrou as instalações de outro produtor ainda em atividade, mas que ia parar suas atividades industriais de beneficiamento, e tornar-se apenas fornecedor de cana para a usina de açúcar e álcool. Ele apresenta claramente esta mudança de atividade, que atingia a maioria dos *senhores de engenho* da região, como uma *sujeição*, e a opõe à estratégia seguida por seu pai e por ele mesmo:

“Agora por aqui (no Município) só há seis engenhos moendo. Mas este aqui já vai parar de moer para (fabricar rapadura) porque a Usina mandou. A Usina mandou parar de moer e botar cana para ela, e como eles estavam devendo dinheiro à Usina, tinham mesmo que parar. E que todo o crédito no banco depende do apoio da Usina. Aqui mesmo só eu e meu pai não botamos cana para a usina. Nós não queremos ficar sujeitos a ninguém. A Usina quer que todo mundo obedeça suas ordens, mas hoje em dia isto não pode acontecer. Os usineiros não gostam de mim não.” (Em 12.08.1976).

Uma visão semelhante do declínio coletivo dos *senhores* é apresentada por um *senhor de engenho* que foi o candidato mais votado nas eleições para prefeito de Areia em 1976 pelo MDB, onde transparece um violento sentimento de decadência social e de humilhação. Este último, como muitos, tentava combinar à época duas estratégias de produção: fornecer uma parte da cana à usina de Alagoa Grande e utilizar outra parte para fabricação de rapadura. Consciente da ineficácia das estratégias tradicionais e da precariedade da solução que adotava, ele destila o ressentimento pela perda de todo um *conjunto* de poderes frente ao poder maior do *usineiro*. A médio ou longo prazo sabe que está condenado a ser reduzido a fornecedor de cana, posição que designa por *cativo*, e se apresenta como o último *senhor de engenho* de uma linhagem mais do que secular: “Eu sou a sucata que não tem mais nenhum ideal pela frente”⁵¹. Sua descrição da atividade de fornecedor de cana é particularmente interessante porque ela assinala a questão da remuneração da mão-de-obra, julgada insuficiente para matar a fome dos trabalhadores pelo homem cujas posições políticas levam a se identificar com a oposição, mas muito elevada se vista como custo de produção pelo administrador agrícola que é:

51 Aqui se está diante de um momento em que uma posição social reconhecida está em vias de acabar, onde os indivíduos só podem continuar a fazer as mesmas atividades do que no passado mudando sua identidade social. Para análise do momento de constituição de posições sociais, e para análise da história social dos cargos ligada à história social dos indivíduos que os ocupam e os conformam, ver Muel-Dreyfus (1983).

“Por aqui tem mais de vinte engenhos moendo. Tem Viração, Jussara, Coruja, Santa Tereza, Praixim, Carro, Gravatá, Graça, Vaca Brava... Vinte e tantos. Senhor de engenho que está em boas condições não bota para usina não. Quem bota para usina é cativo (...). A mão-de-obra nossa é barata e ao mesmo tempo é cara por causa da produção. Preço da produção. Porque para o operário aqui o que ele ganha não vale nada. De fato eu reconheço isto. O que o operário ganha aqui não dá para ele comer. Dá para ele viver. Mas para nós produtores ainda é caro. Porque a nossa agricultura não dá para cobrir as despesas. Por causa do preço que o Instituto (IAA) marca. Aí eles acabam com a gente (...). Eu discuto muito com este meu menino que está aqui: ele foi a Campina Grande hoje, vai a João Pessoa. Morava em Manaus. Chegou aqui com uns canos (para irrigação): Papai, o sr. está velho, vou ficar lbe ajudando. Disse: meu filho, isso não dá para você. Você é viciado em construção, construção de casa, estas coisas, um negócio que ganha dinheiro. E isto aqui ninguém ganha dinheiro não. Nisto aqui só fica mesmo a sucata. Eu sou a sucata que não tem mais nenhum ideal pela frente. Nunca vi senhor de engenho enriquecer.” (Em 29.03.1977).

A reconversão em fornecedor de cana não é a única alternativa possível para os *senhores*: podem tentar abandonar definitivamente o cultivo da cana-de-açúcar e substituí-la por outros cultivos ou explorações comerciais, a exemplo das pastagens artificiais para criação de bovinos. Com efeito observa-se o crescimento a partir dos anos 1970 da criação de bovinos no *brejo*, onde a criação de gado, tradicional no *agreste*, era considerada impossível por motivos ecológicos. Esta forma de reconversão tem a dupla vantagem de evitar a dependência direta frente ao *usineiro*, e permite “se liberar” dos *moradores* sem correr o risco de fracionar o patrimônio em terras. As vantagens outrora concedidas aos *moradores*, para imobilizá-los na propriedade, constituem hoje meios de fazê-los sair, como preconiza este engenheiro agrônomo em 1976, filho de *senhor de engenho*:

“O dono da terra (a) abandonando, o morador toma conta e planta tanta coisa que o valor das benfeitorias passa a ser maior do que o valor da terra. Aí não dá jeito do proprietário dar-se bem com o morador. Pai mesmo, que tem engenho, consegue sobreviver bem: botou gado e planta capim, porque exige pouca mão-de-obra. Ele faz da seguinte maneira: o morador bota roçado e planta capim ao final, e assim vai rodando por toda a propriedade. Assim não dá problemas (...). A solução para os engenhos é a pecuária.” (Em 19.08.1976).

Entretanto todas estas estratégias de defesa do patrimônio familiar não permitiram assegurar a sucessão da condição de *senhor de engenho*: os filhos dos *senhores*, a exemplo do citado engenheiro agrônomo, cujos rendimentos provêm no

essencial do cargo de professor na Faculdade de Agronomia de Areia, não podem simplesmente ser sucessores de seus pais. Se quiserem assegurar o futuro, têm que se dotar de um capital escolar mais importante que seus pais; o que possibilita ainda o acesso a cargos administrativos ou a uma carreira política numa época em que tal acesso está cada vez mais ligado à posse de títulos universitários: Isto explica a frequência com que os grandes proprietários decidem ir viver em Areia, onde há dois colégios secundários, ou na capital onde os filhos podem fazer estudos universitários.

O responsável pela criação da Faculdade de Agronomia de Areia, José Américo de Almeida, tem uma trajetória social extremamente significativa. Filho caçula de *senhor de engenho*, não devendo herdar o patrimônio fundiário familiar, era destinado à carreira eclesiástica, como seu tio paterno, que era o vigário de Areia, e como seu tio materno que foi governador da Paraíba. Depois de passar uns tempos no seminário, José Américo decide abandoná-lo, enfrentando forte oposição familiar, e prossegue seus estudos entrando para a Faculdade de Direito de Recife. Bacharel em Direito, é nomeado procurador na Paraíba, e após chega, ainda novo, a Procurador-Geral do Estado graças ao apoio de seu tio materno.

A ocupação destes cargos permitiu que se lançasse na vida literária e na vida política. Toda sua trajetória, inclusive a criação da Faculdade de Agronomia em Areia, assim como a reorganização das instituições públicas de combate às secas nordestinas, está marcada pela preocupação de fornecer aos *senhores de engenho* e aos fazendeiros instrumentos de reconversão de suas posições sociais. Não hesitou em se lançar em encarniçadas lutas políticas, inclusive na luta armada (1930), bem como participou de lutas mais propriamente simbólicas através da ficção literária.

A reconversão dos *senhores de engenho* através do mundo urbano não implica necessariamente a venda do patrimônio familiar. É sobretudo nas regiões do *agreste*, onde as terras são menos férteis em virtude do clima, e conseqüentemente menos caras, que se processou um maior número de vendas de terra. Assim é no *Brejo* que se concentra a expansão das usinas, enquanto no *agreste* se multiplicam pequenos estabelecimentos agrícolas, sejam de *ex-moradores*, sejam de pequenos proprietários e negociantes.

Desde os anos 1950, acentua-se a diferenciação do espaço geográfico na região onde está situada Areia, embora toda ela conheça uma diminuição da população ligada às migrações para o Centro-Sul. Em uma sub-região, as pequenas propriedades e o negócio em feiras têm um peso relativo maior e chegam mesmo a conhecer uma forte expansão que se traduz em aumento da população. A outra, que corresponde aos territórios onde se concentram os *engenhos* desde o século XIX, caracteriza-se pelo desenvolvimento das usinas de açúcar e por urna diminuição

de população. Os próprios Municípios da região foram desmembrados desde os anos 1950 em função de clivagens políticas, mas estes fatos também estiveram ligados às diferenças ecológicas e às diferentes composições sociais da população do antigo território municipal. Em 1957 o território de Areia é subdividido em dois, formando-se o Município de Remígio, que passou a concentrar as partes mais secas do antigo Município. Fato notável, a oposição entre libertos e sujeitos inscreveu-se no espaço físico, as diferentes categorias de trabalhadores designando Remígio como liberto e Areia como canto da sujeição. Esta classificação é incorporada de tal forma que o abandono da condição de *morador* para passar a *liberto* implicou freqüentemente a mudança de Município de residência, a maioria dos que conseguiram voltar do Centro-Sul, tendo acumulado algum dinheiro, foram viver em Remígio, e não em Areia.

Assim é que um negociante nas feiras de Areia e Remígio, *morador* em Areia até 1958 e residente até hoje em Remígio, opõe os habitantes de Remígio *libertos* mas *pobres*, aos habitantes de Areia onde “só tem sujeição”:

Evolução da população de Areia e Municípios vizinhos (Em percentagens)

Municípios	1950-60 %	1960-70 %	1970-80 %	Ecologia	Exploração Agrícola	Feira	Classificação Frequente
Areia	+ 10	- 6	- 7,5	brejo	cana usina	fraca	sujeito
Remígio	- 18	+ 3	+ 12	agreste	culturas alimentares/gado	média	liberto
Bananeiras	- 3,5	+ 6,5	- 10	brejo	cana/declínio	fraca	sujeito
Solanea	+ 102	+ 11	+ 19	agreste	culturas alimentares	forte	liberto
Pilões	- 6	- 2	- 5	brejo	cana usina	fraca	sujeito
Serraria	- 24	+ 19	- 7	brejo	cana usina	fraca	sujeito
Arara	+ 33	- 4	+ 12	agreste	culturas alimentares	forte	liberto
Alagoa Nova	+ 1	- 11	- 3	brejo	cana/declínio	fraca	sujeito
Esperança	+ 3	+ 16	+ 14	agreste	culturas alimentares	forte	liberto

Fonte: IBGE.

“O meu natural é Brejo de Areia. Mas eu não gosto daquele canto, não é um canto bom. Lá só tem engenbo, só tem sujeição. Lá todo mundo é sujeito ao senhor de engenbo. Aquilo ali é um cativado. Aqui em Remígio não, todo mundo é pobre, é verdade, mas é um canto melhor, todo mundo é liberto.” (Em 09.03.1977).

Os dados sobre a evolução da população de Areia e dos Municípios vizinhos mostram uma correspondência entre o tipo de região ecológica e o tipo de evolução demográfica, tendo, por um lado, as regiões de *brejo*, cultivadas com cana-de-açúcar e apresentando uma diminuição de população e, de outro, as regiões de *agreste*, onde as explorações familiares fazem concorrência à expansão da pecuária e que apresentam um crescimento de população.

Vê-se que o uso da oposição entre *libertos* e *sujeitos* não se refere somente a estratégias individuais mas designa a composição social e a dinâmica das relações sociais em espaços físicos determinados. O abandono da condição de *morador* não conduz inexoravelmente ao assalariamento junto às grandes plantações açucareiras, pode concretamente estar associado à passagem a pequenos produtores agrícolas e/ou negociantes. O mesmo espaço físico pode ser apropriado por agentes sociais diferentes e dar lugar a usos sociais diferentes, o que atualmente significa a expansão da produção canavieira ou da criação de gado em grandes propriedades, ou expansão da produção alimentar por explorações familiares. Esta concorrência pela apropriação do espaço condiciona a composição social do espaço urbano em forte expansão e o desenvolvimento das feiras e do comércio na região.

Em questão: a liberdade

O surgimento do mercado de trabalho, no sentido moderno da expressão, não é nem um produto espontâneo da história, nem a execução de um código legal preciso. É objeto de uma construção social, que supõe o fim dos “trabalhadores dependentes”⁵²; e o crescimento dos “trabalhadores livres”. As transformações da situação dos trabalhadores não são separáveis das transformações sofridas pelas classes dominantes. A noção mesma de passagem à condição de trabalhadores *livres* supõe o conhecimento prévio das origens sociais destes trabalhadores, de sua situação anterior e das relações de dominação em que se inseriam. Neste caso concreto a relação de dependência pessoal supunha uma distribuição extremamente desigual do patrimônio fundiário, contudo era através de práticas precisas de cessão do uso deste patrimônio que os proprietários chegavam a constituir uma clientela de indivíduos a eles submetidos.

É através da oferta dos meios de assegurar a vida material de cada indivíduo, mas, também, de realizar as diversas atividades sociais e culturais, como as práticas religiosas, as festas, as trocas interpessoais de todo tipo (inclusive a vida familiar) que os proprietários tentavam imobilizar os trabalhadores no interior

52 A explicitação das condições sociais de possibilidade de um mercado de trabalho, na acepção corrente e moderna desta expressão, faz ressaltar o caráter fundamental da liberdade pessoal dos trabalhadores em relação aos empregadores, portanto, a uma não-dependência. Esta condição, que não é “econômica” em sentido estrito, é contudo central para a gênese das estruturas econômicas capitalistas. Karl Marx explicitou duas condições para que a força de trabalho se tornasse uma mercadoria: que ela seja livre em relação aos meios de produção, e livre de sua pessoa (cf. MARX, 1967, p. 171). Max Weber caracteriza a dominação legal como aquela em que o indivíduo não obedece à pessoa do detentor do poder, mas “do direito”. Há uma delimitação objetiva das competências fixadas em regulamentos (cf. WEBER, 1971, p. 223). A abolição das instituições de proteção dos “pobres” na Inglaterra foi, para Karl Polanyi, o móvel de uma luta capital para o surgimento do mercado de trabalho industrial no século XIX (cf. POLANYI, 1971, caps. 6 e 7).

do espaço físico que controlavam. Estando na origem da grande maioria das práticas possíveis, com capacidade de controlá-las, os proprietários podiam tentar fechar os horizontes sociais e mentais de suas clientelas, fundando assim seus poderes, sem nunca ser preciso formular regulamentos explícitos ou construir muros ou cercas nos limites dos domínios. Simultaneamente podiam organizar as atividades daqueles que estavam submetidos às suas ordens e obter por esta forma os recursos necessários para participarem de maneira exclusiva de certas atividades econômicas, religiosas, culturais e políticas, particularmente as que se passavam nas cidades, centros dos diferentes tipos de poder. O fechamento dos horizontes sociais e mentais dos indivíduos desprovidos de posses era correlativo da ampliação das possibilidades dos “bem dotados”. Quanto maior fosse o número de trabalhadores submetidos a cada proprietário, maior era sua força social específica e suas possibilidades de ação. A relação de dependência só existia como uma construção contínua da dominação personalizada, se bem que a hierarquia das posições sociais se materializava no espaço se imprimia suas marcas nos corpos dos indivíduos.

Quando as fronteiras sociais da propriedade se quebraram, e o isolamento dos *moradores* foi rompido, os trabalhadores conheceram uma ampliação do espaço de práticas possíveis. Esta ruptura ocorreu sob uma multiplicidade de formas, em particular pelos deslocamentos para o mercado de trabalho industrial e pelo surgimento das organizações camponesas e de novo quadro jurídico e institucional. Concretamente outras práticas possíveis começam a se integrar ao horizonte social e mental de cada trabalhador. A discussão sobre o que significa ser *liberto* ou *sujeito* não seria tão importante se o problema imediato não fosse a interiorização do poder de decisão sobre suas próprias atividades. A condenação da condição de *sujeito*, e a valorização da situação de *liberto*, está ligada à descoberta que a condição de *morador* retirava dos indivíduos os meios de constituir seus interesses individuais ou coletivos enquanto tais.

Esta ampliação das práticas possíveis dos trabalhadores tem por contrapartida a restrição da eficácia do trabalho de dominação sob sua forma tradicional, e portanto um enfraquecimento dos poderes dos grandes proprietários. Se “nada funciona mais como antes”, isto não quer dizer que uma outra estrutura de dominação se estabelece de maneira uniforme e imediata. As estratégias de reconversão associadas a cada posição social são múltiplas, e a transformação do espaço social é objeto de lutas. As transformações efetivas, como as que se materializam no uso concreto do espaço físico; são sobretudo as resultantes de correlações de forças sucessivas.

Contudo se, no, momento da passagem de trabalhador dependente a trabalhador *livre*, não há aquisição dos recursos de que o trabalhador dependente estava desprovido (em primeiro lugar um teto e meios de assegurar a subsistência), o

estatuto de *liberto* se vê associado imediatamente ao de *pobre*, de desprovido de quase tudo. Agora é a necessidade de fazer face às necessidades imediatas, sem ter os meios para tanto, que restringe o espaço das práticas possíveis. É a própria possibilidade de construir verdadeiras estratégias de reconversão que é afetada. Em todo caso, frente à necessidade de reconversão das diferentes posições sociais, os indivíduos não dispõem de meios iguais para darem origem a práticas de reconversão adequadas à situação objetiva em que se encontram. A redistribuição dos capitais socialmente utilizáveis, inclusive a terra, torna-se o alvo de uma luta, em que participam também indivíduos de origem urbana que, exercendo atividades políticas, religiosas, escolares ou econômicas, têm interesse em que o número dos que possam procurar seus serviços políticos, religiosos, culturais ou econômicos aumente.

Durante o período de transição, quando a estrutura tradicional não tem mais a mesma dinâmica, mas ainda não foi substituída, por uma nova estrutura, as lutas para obter o que é necessário à manutenção ou a uma reconversão favorável dos indivíduos ocupando diferentes posições sociais tornam-se mais agudas, assim como as lutas pelos novos princípios de dominação legítima. Se a luta é material em duplo sentido, como luta pela apropriação dos recursos materiais utilizáveis socialmente, e também como luta que exige o uso das “armas” que cada um possui, em primeiro lugar o corpo nos afrontamentos físicos, ela é também uma luta simbólica onde a noção de *liberdade* é objeto de um debate constante, de disputa pela fixação de seu significado legítimo.

Tornar-se livre, emancipar-se, é sair da condição de escravo quando a escravidão é vista do exterior como algo que pertence ao passado, ou algo que precisa ser ultrapassado. Um dos movimentos destas lutas simbólicas é o sentido da história, sua direção e sua significação, que constitui um dos terrenos prediletos do profetismo social, do messianismo que pretende anunciar o universo social do futuro, que pode se manifestar tanto no terreno religioso como no terreno político. Tentar reconstruir o espaço de lutas onde a noção de *liberdade* é uma questão em jogo, e ocupa um lugar central, é se obrigar a refletir sobre os enfrentamentos acerca das visões sobre as transformações históricas possíveis; é explicitar também o espaço das lutas simbólicas onde a própria análise sociológica está inserida.

Este artigo deve muito a Moacir Palmeira, orientador da tese de doutorado, bem como às críticas e sugestões da banca examinadora, composta por Luís de Castro Faria, Lygia Sigaud, Isaac Kerstenetzky e Manuel Correia de Andrade. Não teria sido possível sem a presença companheira de Marie France Garcia. A estadia na França foi fundamental para a sua concepção, cabendo agradecer a Pierre Bourdieu, que propiciou e orientou minhas atividades, assim como aos pesquisadores Monique de Saint-Martin, Francine Muel-Dreyfus, Jean Claude Combessie, Michel Pialoux, Jean Pierre Faguer, Michael Pollak e François Bonvin, que discutiram detalhadamente

as diferentes versões deste texto, contribuíram com idéias e sugestões, e ajudaram a dar forma à versão francesa publicada em *Artes de la Recherche en Sciences Sociales*, n. 65.

Bibliografia

- ALMEIDA, Horácio. *Brejo de Areia. Memórias de um Município*. Rio de Janeiro: MEC, 1958.
- ALMEIDA, José Américo de. *A Parabyba e seus Problemas*. Porto Alegre: Livraria Globo, 1937.
- _____. *A Bagaceira*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1974. (1.^a ed., 1928).
- _____. *Memórias: antes que eu me esqueça*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.
- BERNARDES, Nilo. "Observações sobre a paisagem agrária do Município de Areia". *Anais da Associação de Geógrafos Brasileiros*. São Paulo, v. VI, t. II. (1951-52).
- BOURDIEU, P. *La Distinction*. Paris: Minuit, 1979.
- _____. *Le Sens Pratique*. Paris: Minuit, 1980.
- _____. "Espace social et genèse des classes". *Artes de la Recherche en Sciences Sociales*, 52/53, jun. 1984.
- BRAGA DE SÁ, M. *Os Engenhos Rapadureiros e a Expansão da Agroindústria Açucareira no Município de Areia*. Recife: UFPE, 1980. (Dissertação de mestrado)
- CAMARGO, Aspásia. *Brésil Nord-Est: Mouvements Paysans et Crise Populiste*. Thèse de 3.^o cycle présentée à l'Université de Paris, Paris, E.H.E.S.S. mimeo. 1973.
- _____. *A Questão Agrária: Crise de Poder e Reformas de Base*. Rio de Janeiro: FGV, 1979.
- CARVALHO, E. "Areia, aspectos de sua geografia urbana": *Anais da Associação de Geógrafos Brasileiros*. São Paulo, v. VI, t. II. (1951-52),
- CHAMPAGNE, P. "La manifestation. La production de l'événement politique." *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 52/53, juin. 1984.
- COMBESSIE, Jean Claude. "Marché du travail et dynamique des valeurs". *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n. 41, fevereiro. 1982.
- CORREIA DE ANDRADE, Manuel. *Os Rios de Açúcar do Nordeste Oriental II: o rio Mamanguape*. Recife: IJNPS, 1957.
- _____. *A Terra e o Homem no Nordeste*. São Paulo: Brasiliense, 1964.
- CORREIA DE ANDRADE, Manuel; POTENGY, Gisélia. *Dinâmica das Regiões de Intensa Atividade Migratória*. Recife: SUDENE, 1980.
- DIEESE. *Salário Mínimo*. São Paulo, abr., 1979.
- EISENBERG, Peter. *Modernização sem Mudança: A Indústria Açucareira de Pernambuco, 1840-1910*. Rio de Janeiro: Paz e Terra/Unicamp, 1977.

- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1976.
- GARCIA JR., Afrânio. *Terra do Trabalho*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983a.
- _____. *O Sul: Caminho do Roçado. Estratégias de Reprodução e Transformação Social*. Rio de Janeiro: PPGAS/UFRJ, 1983b. (Tese de doutorado)
- GARCIA, Marie France. *O Bacurau*. Rio de Janeiro: PPGAS/Museu Nacional/UFRJ, 1977. *mimeo*. (Dissertação de mestrado)
- _____. *Feira e Trabalhadores Rurais*. Rio de Janeiro: PPGAS/Museu Nacional/UFRJ. (Tese de doutorado)
- HEREDIA, Beatriz. *A Morada da Vida*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.
- HIRSCHMANN, Albert. *Exit, Voice and Loyalty*. Cambridge: Harvard University Press, 1970.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. *Censo Demográfico. Dados distritais*. Rio de Janeiro: IBGE, 1980.
- JULIÃO, Francisco. *O que são as Ligas Camponesas?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.
- _____. *Cambão*. Cuernavaca: CIDOC, 1970.
- LACERDA DE MELO, Mário. *Paisagens do Nordeste*. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Geografia, 1958.
- LEITE LOPES, José Sérgio. *O Vapor do Diabo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- LOYOLA, Maria Andréa. *Médicos e Curandeiros*. São Paulo: Difel, 1984.
- MARX, Karl. *Le Capital*. Paris: Edition Sociales, 1967. Livro I, t. I.
- MICELI, Sérgio. *Intelectuais e Classe Dirigente no Brasil, 1920-1945*. São Paulo: Difel, 1979.
- MUEL-DREYFUS, Francine. *Le Métier d'Éducateur*. Paris: Minuit, 1983.
- PAULILO, Maria Inês. *A Mulher e a Terra no Brejo Paraibano*. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 1980.
- PALMEIRA, Moacir. "Feira e mudança econômica." *Simpósio de Pesquisas do Museu Nacional*. 1971. *mimeo*.
- _____. "Casa e trabalho: notas sobre as relações sociais na *plantation* tradicional." *Contraponto*. Niterói, Centro de Estudos Noel Nutels, n. 2, nov., 1977.
- _____. "Desmobilização e conflito: relações entre trabalhadores e patrões na agroindústria pernambucana." *Revista de Cultura e Política*. São Paulo, CEDEC, n. 1, ago., 1979.
- PERUCCI, G. *A República das Usinas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- POLANYI, K. *The Great Transformation*. Boston: Beacon Press, 1971.
- RINALDI, D. & MERCIER, H. *Emprego rural: análise das categorias dos Censos agrícolas*. Rio de Janeiro: IBGE, 1983. *mimeo*.
- SAINT-MARTIN, Monique. "Quelques questions à propos du pentecôtisme au Brésil": *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n. 52/53, juin., 1984.
- SIGAUD, Lygia. *Os Clandestinos e os Direitos*. São Paulo: Duas Cidades, 1979.
- _____. "A Nação dos Homens". *Anuário Antropológico* 78. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1980.

- SAYAD, Abdelmalek. "Les trois 'âges' de l'émigration algérienne en France". *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n. 15, juin. 1977.
- SZMRECSÁNYI, Tamás. *O Planejamento da Agroindústria Canavieira do Brasil. 1930-1975*. São Paulo: Hucitec, 1979.
- WEBER, Max. *Economie et Société*. Paris: Plon, 1971.
- _____. "A situação dos trabalhadores agrícolas a leste do Elba". In: SILVA, Graziano & STOLK (eds.). *A Questão Agrária*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- _____. "Enquête sur la situation des ouvriers à l'est de l'Elbe". *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n. 65, nov., 1986.
- WOLF, Eric & MINTZ, Sidney. "Haciendas and plantations in Middle America and the Antilles". *Social and Economic Studies*, VI, 3. 1957.